

**ANA  
MONTENEGRO**

**Mulheres -  
participação nas  
lutas populares**



<http://anamontenegro.org/cfcam/biblioteca/>

**“Mulheres – participação nas lutas populares”**

*1985 Ana Montenegro*

Direitos desta edição reservados à  
M & S Gráfica e Editora Ltda.

É vedada a reprodução total ou parcial desta obra  
sem a prévia autorização da editora.

Capa  
J. Mendes  
Revisão  
Ana Montenegro

Composto e impresso nas oficinas

**M&S**

**GRÁFICA E EDITORA LTDA.**

RUA EMÍDIO DOS SANTOS, 68  
BARBALHO - TEL.: 242-9691  
Salvador — Bahia

Pedidos também pelo reembolso postal à Editora.

## SUMÁRIO

Apresentação 7

Prefácio 9

CAPÍTULO 1

Episódio Histórico 12

CAPÍTULO 2

Greves, participação política, direito de voto 17

CAPÍTULO 3

1945: novos caminhos 22

CAPÍTULO 4

Organizações e atividades 25

CAPÍTULO 5

Trabalhadoras urbanas e rurais 36

CAPÍTULO 6

Paz e emancipação nacional 44

CAPÍTULO 7

"Momento feminino" — porta-voz das lutas das mulheres 51

CAPÍTULO 8

Poesia que as mulheres escreveram 54

CAPÍTULO 9

Nomes, presença e participação 58

A guisa de conclusão 78

## APRESENTAÇÃO

*Buscar as pistas das diferentes formas de organização popular ao longo da história brasileira recente equivale a viver o drama cotidiano da preservação das suas fontes.*

*Significa perseguir permanentemente em cada ator o conhecimento que se abstrai da vivência política. Importa, freqüentemente, em não ter mais que o tempo físico da vida biológica desses (via de regra) anônimos militantes, como limite para recuperar as peças do enorme mosaico em que a memória das lutas dos segmentos oprimidos nas sociedades capitalistas.*

*Implica enfrentar um lento e complexo processo de acumulação de informações e análises, muitas vezes não-complementares ou até mesmo divergentes, porque prenes, em suas informações, das avaliações comprometidas com o movimento de transformação das conjunturas em que se construíram e que se quer a-posteriori retratar.*

*Carece, por fim, de estabelecer um constante canal de comunicação, um fluxo e refluxo permanentes entre a memória da classe (ou segmento) e seu movimento presente e futuro; não tanto no sentido de restabelecer para o presente as cansativas "lições do passado", mas sobretudo pela possibilidade, politicamente mais criadora, de relatar o passado a partir das necessidades do presente e do esforço coletivo organizado de superação deste na construção do futuro.*

*É no contexto desta intrincada teia de dificuldades que devemos localizar — e valorizar — o esforço de Ana Montenegro em documentar momentos da participação feminina nas lutas populares brasileiras.*

*A resultante deste esforço não se pretende um texto acadêmico e, de fato, em muito se diferencia da mise en scène convencional da academia: seja pelo que a moveu, seja pelo método de investigação e de exposição que a presidiram, seja pelo uso que pretende dar aos dados ou às análises que insinua. Mas, tampouco podemos nela reconhecer mais um livro de memórias, relato das lutas militantes mais ou menos famosos, que cristalizam nos fatos das suas vidas importantes cha-*

ves para os enigmas da ação coletiva e da transformação social.

*Conquanto os fatos da memória e da participação política individuais emergem com frequência ao longo do texto, eles aqui são pistas; compõem a trilha para a trilha para a investigação e leitura de uma época histórica. Memória? Sim; mas memória antes que nada comprometida com as lutas travadas, as quais apontam claramente para uma forma histórica particular, e por isso mesmo necessariamente transitória, de entendimento da questão da mulher.*

*Assim, a volta ao passado (parafrazeando a referência da própria autora em seu livro), expressa não o simples desejo de deixar saliente "o que já se fez", mas a intenção de recuperar politicamente o passado a partir das necessidades de reflexão sobre "o que se faz" e, sobretudo, de construção "do que se fará".*

*Nesse sentido, os fatos que a memória de Ana Montenegro permite trazer à luz testemunham em primeira instância — e por menos que assim a autora — a grandeza de sua própria vida e luta. Mas eles testemunham sobretudo que neste seu engajamento se personificam a marca e a qualidade das lutas das mulheres do seu tempo.*

*Como rotulá-las? Lutas femininas? Lutas feministas? Não importa. Mas além da estreita valorização que pode advir da aposição de um rótulo, devemos sim reconhecer que aquelas foram as lutas que deram o caráter, o tom, à participação da mulher em um período da nossa história recente e que, nesse sentido, abriram caminho para a formulação dos requisitos de uma cidadania propriamente feminina, momento necessário ao aprofundamento na reivindicação do direito da livre expressão política de bandeiras especificamente feministas, tal como vieram a se constituir num período subsequente.*

Salvador, setembro de 1984

Nadya Araújo Castro\*

*\*Professora Adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Mestrado de Sociologia da Universidade de Brasília; Doutora em Sociologia pela Universidade Nacional Autónoma do México.*

## PREFÁCIO

Reunindo algumas informações — fatos e figuras — sobre a participação das mulheres nas lutas populares, consideramos que elas podem ser úteis, para abrir novos caminhos ao conhecimento dessa participação, que vem sendo omitida ao longo da história.

Consideramos, ainda, que essa contribuição é mais uma parcela somada às declarações, às teses, aos artigos, aos movimentos em favor da memória nacional, e que vêm surgindo com mais frequência, nos últimos tempos, o que é louvável, necessário e mesmo urgente.

Mas as pinturas, os monumentos, as casas, as ruas, as cidades, os templos, as imagens, os altares, os locais tradicionais dos cultos religiosos e dos acontecimentos — marcas dos tempos históricos — não surgiram por acaso, mas das mãos, da criação, das artes e dos ofícios de homens e de mulheres. Do tempo de criar e de fazer, dos sonhos e das lutas desses homens e dessas mulheres.

E essas lutas têm uma história. No entanto, com referência à história dessas lutas há uma tendência (ou propósito?) de filtrá-las nos esquadros das aparências, surgindo, então, as omissões e os erros que distorcem e até negam a sua essência.

Assim, não podemos considerar, factual e cronologicamente o ano de 1945 como ponto de partida da presença e participação das mulheres nas lutas populares em nosso País, porque incidiríamos nas mesmas omissões e nos mesmos erros.

É por isso que, antes de chegarmos àquele ano, passaremos a citar figuras e fatos — apenas alguns exemplos — que deveriam fazer parte do conhecimento ativo da história do País, mas que lamentavelmente não constam dos textos ou do calendário desse conhecimento.

Além da não relevância e — repito — da omissão de fatos

e dados, muitas figuras femininas, apesar da importância do papel que desempenharam em determinado (tempo) espaço de tempo, permanecem no limbo das referências que se fazem a algumas campanhas, como é o caso do que se pode chamar de a batalha em favor do direito de voto para a mulher.

A partir de 1975, quando da conquista de novos caminhos para uma retomada, após os tristes acontecimentos de 1964, de uma participação — mais ativa das mulheres contra o arbítrio e por suas reivindicações específicas, a memória das lutas anteriores começou a ser empurrada da estrada real para as veredas onde muitas vezes os passos se perdem: ...“pela primeira vez”...“as mulheres brasileiras começam agora”...“as mulheres participaram e em seguida foram mandadas para casa”... Ademais esta “não memória” é colocada em um contexto preconceituoso sobre a autonomia daqueles movimentos de mulheres e os seus programas, que são acusados de “não específicos”.

Mas mesmo essas veredas nos conduzem ao encontro das tessalárias que carregaram pedras e tijolos, naqueles anos passados, para a pavimentação dos novos caminhos pelos quais estamos andando, presentemente. Um encontro, por exemplo, com a figura de Ana Floriano, que, em setembro de 1875, acompanhada de outras mulheres e à frente de grande massa popular, enfrentou a polícia e rasgou diante da Matriz de Santa Luzia, na casa do Juiz de Paz e na redação do Jornal “O Mossoroense”, na cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte, a convocação compulsória de soldados para as forças armadas.(1)

Um reencontro com as mulheres que estiveram no centro de acontecimentos nas décadas de 1940, 1950 e nos primeiros anos da década de 1960 — seus gestos, suas palavras, seus sacrifícios, seus tempos de lazer e de fazer, seus tempos de liberdade e de vida — algumas mortas, algumas ainda vivas.

Um reencontro que exige justiça para a realidade da memória histórica das lutas daquelas mulheres. E, em nome dessa justiça não podemos deixar que os fios das aparências sirvam à tecedura de uma história feita com “estórias” que não correspondem a uma realidade passada, vivida e sofrida.

E, para chegar ao ano de 1945, o ponto central de nosso relato, que esperamos sirva, também, de referência para outras e novas pesquisas, recorreremos principalmente ao Jor-

nal “O Momento”(2) e ao Jornal “Momento Feminino”(3), além de outras publicações e às informações obtidas de pessoas que viveram aqueles tempos, e, também às nossas lembranças pessoais.

É o resultado de um trabalho de três anos e que não nos pertence. Pertence às tessalárias que carregaram os blocos de pedras e que estão simbolizadas por algumas figuras, no capítulo final, aquelas das quais fala o poema de Bertolt Brecht:

“Quem construiu Tebas a das Sete Portas?

Nos livros só figuram nomes de reis.

Por acaso, eles carregaram os blocos de pedra?

E Babilônia mil vezes destruída,

quem voltou a levantá-la?

“Essa recuperação da memória das lutas das mulheres naquele período não significa a negação dos erros cometidos na condução do grande empenho para mobilizar e organizar as mulheres. E poderá até servir de elemento para uma crítica que ao ser feita deve considerar as condições objetivas em que vivíamos e lutávamos.

Nossa intenção não é ser iconoclasta e nem temos um preconceito filisteu contra grupos ou pessoas que omitem ou adulteram a presença e a participação das mulheres, ao longo de um processo de tempo e de espaço histórico, talvez até por desconhecimento.

O que pretendemos, repetimos, é contribuir, mesmo dentro dos limites de uma busca difícil, no sentido de trazer acontecimentos e figuras para os caminhos de uma história real, arrancando-as das veredas onde os passos se perdem...

E para que não se percam os passos das mulheres é necessário que se continue buscando — e se encontre — outros fatos, outras datas, outras figuras, outras lutas.

(1) “Metim das Mulheres — um episódio do Quebra-Quilos”. *Vingt-Un Rosado*, Coleção Mossoroense, Vol. CLVII/1981.

(2) “O Momento” — jornal diário editado em Salvador-Bahia, entre os anos de 1945 e 1957; Órgão do PCB, publicava notícias e informações de todo o País e teve como colaboradores Jorge Amado, Graciliano Ramos, Astrojildo Pereira e outras personalidades destacadas das letras e da imprensa nacional e estrangeira. O suplemento feminino de “O Momento” continha informações do movimento de mulheres no Brasil e no mundo.

(3) “Momento Feminino”, revista editada no Rio de Janeiro, por um grupo de mulheres, em 1947, será motivo de uma informação especial mais adiante.

## CAPÍTULO I EPISÓDIOS HISTÓRICOS

Que participação tiveram as mulheres ao longo de nossa história?

Algumas informações e referências constantes de vários documentos respondem a esta pergunta.

### CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Ao lado de Bárbara de Alencar, embora por outros caminhos geográficos, vamos encontrar Ana Lins, de quem fala Cícero Pércles de Carvalho: "Em 1817, a Revolução Republicana encontrou em uma mulher, senhora de engenho, um de seus fortes esteios em Alagoas: Dona Ana Lins"... "A cavalo de engenho em engenho, vencendo léguas sem desânimos, animou os receiosos e convenceu os descrentes, angariou adeptos e aos escravos prometeu alforria para que pegassem em armas como homens livres". O mesmo historiador se refere à sua presença, em 1824, à frente dos rebeldes alagoanos. E transcreve um trecho do livro "Combates e Batalhas"; de Otávio Brandão, sobre a heroína de duas revoluções republicanas: "Em 1817 e 1824, filhos do povo alagoano participaram do movimento republicano e pereceram como heróis e mártires. Ana Lins, durante este movimento, percorreu a terra alagoana, fazendo a propaganda da revolução republicana e prometendo a liberdade aos negros escravos que pegassem em armas. Derrotada a Confederação do Equador em 1824, esta heroína alagoana congregou os últimos fiéis, tomou as armas em prol da República e resistiu desesperadamente até a última bala".(4)

Os prisioneiros dessa mesma Revolução, entre os quais Frei Caneca, enclausurados em condições sub-humanas na cidade de Salvador, Bahia, foram socorridos pelas freiras do

Convento do Desterro, que reivindicaram junto às autoridades daquela Província "a permissão de dividirem com os pobres famintos a porção de pão que lhes tocava"(5). E com o pão que lhes levavam. Da. Rosa e Da. Cândida, eles receberam também, certa vez, um poema de autoria de Da. Cândida Luíza de Castro:

"Os charos pernambucanos,  
De Olinda os filhos mimosos,  
Passaram de ser humanos,  
Divinos agora são  
Dentro do meu coração"(6)

Bárbara de Alencar, a grande heroína da Confederação do Equador, chamada, pelos então donos do poder, de a "infame culpada", (culpada de juntamente com seus filhos participar de uma Revolução, a qual teve o justo título de "explosão democrática e independente"). Deixemos que fale o poeta cearense Caetano Ximenes Aragão: "Bárbara aprofundou seus passos no território livre de seu povo"... Apesar de cearense, da cidade do Crato, o poeta a chamou de "lansã deusá dos ventos, Orixá dos pescadores"(7).

Na Bahia, Bárbara esteve prisioneira, durante quatro anos.

### QUEBRA-QUILOS (MOTIM DAS MULHERES)

Em que pese a exclusão das mulheres das sociedades secretas, que começam a surgir no Brasil depois da metade do século XVIII (a mais importante era a Franco-Maçonaria) e que fomentavam lutas como a do "Quebra-Quilos"(8), colocando como necessário ao processo de avanço sócio-econômico do País o fim da escravidão; as mulheres participaram também dessas lutas.

Chama a atenção que, àquela época, com o domínio da Igreja Católica na sociedade brasileira, um grande número de mulheres, principalmente do nordeste, escutasse "o grito de padecimentos populares acumulados durante muito tempo e que num momento explodiram", segundo apreciação de Almino Álvares Afonso.

A participação ativa das mulheres no Quebra-Quilos é o título de um livro de Vingt-un Rosado — "Motim das Mulheres" — um episódio do Quebra-Quilos, à frente do qual esteve

Ana Floriano, juntamente com outras líderes, entre as quais Maria Emília de Souza e Joaquina Maria Góes.

Segundo Documento da Secretaria do Estado do Rio Grande do Norte, a ação principal das mulheres foi a destruição que fizeram, no meio da rua, das listas de convocação militar, na cidade de Mossoró, naquele Estado(9).

Consta de uma ata da Câmara Municipal, daquela cidade, que, no dia 29 de julho de 1875, houve "o arrebatamento e a inutilização por grande grupo de mulheres dos papéis e livros em que se fazia nesta Paróquia o alistamento, em face da nova lei, para o recrutamento e sorteio dos indivíduos aptos para o serviço do Exército e da Armada". E, ainda, um ofício da mesma Câmara ao Presidente da Província, "participando-lhe o fato de haverem ontem as mulheres em número de 300 assaltado o Secretário da Junta" e "rasgaram os livros e papéis concernentes ao trabalho da mesma Junta"(10).

E fizeram o mesmo nas demais Juntas, nas Igrejas, nos Cartórios, nas redações de Jornais onde estavam as listas para publicação, há mais de um século, por coincidência um século antes de 1975.

Sobre o "Motim das Mulheres", várias referências são feitas por Armando Souto Maior(11), tendo como base documental o Código 603 — Arquivo Público Nacional: "Corriam rumores sinistros que no dia 1º de agosto de 1875 um grande número de homens e *mulheres* armados tentariam impedir o alistamento"... "Na província do Ceará repetem-se os episódios da Paraíba, talvez com menos gravidade, porém com curiosa e particular característica: são as mulheres que se opõem violentamente. Essas lisistratas do sertão nordestino rasgam listas e insultam os membros das Juntas. A 25 de agosto de 1875, o Presidente da província, Gomes Parente, informava o fato ao Duque de Caxias dando-lhe conta da violência feminina em Limoeiro, Acarape, Quixadá, Boa Viagem e Conceição de Baturité"... "Fora muito intensa a atuação das mulheres mineiras nas agitações de Ponte Nova e Rio Turvo". E acrescenta: "Ainda hoje, parte da documentação sobre esses acontecimentos acha-se reunida em um só Códice, no Arquivo Público Nacional"... (Quebra-Quilos paraibanos e pernambucanos juntamente com revoltadas mulheres mineiras e paulistas contra o recrutamento militar, repousa na serenidade de uma única classificação). Souto Maior também se

refere às mulheres mossoroenses. "Em Mossoró, a invasão das Igrejas, onde se procediam os trabalhos de alistamento, e a clássica destruição dos livros e anotações ficaria conhecida e famosa como o "Motim das Mulheres".

Não podemos deixar de registrar que, no mesmo ano, em Minas Gerais, cerca de 100 mulheres invadiram a Matriz de Barra do Bacalhau e queimaram os papéis de Junta Militar, pondo em fuga seus membros. Em Remédios, no mesmo Estado, um grupo de mulheres penetrou na Igreja destruindo os documentos militares. E foram numerosas as ações das mulheres contra a guerra do Paraguai — as "mulheres e crianças que acompanhavam o cortejo dos soldados que partiam acorrentados"(12).

## OUTRAS NOTAS

Na luta pela abolição da escravatura não pode deixar de ser lembrada a primeira mulher abolicionista, Amélia de Souza Dantas, do Rio Grande do Norte, falecida, em 1890, aos 24 anos, e que foi portadora de uma carta, dos maçons de Fortaleza, Ceará, solicitando aos maçons do Rio Grande do Norte a promoção de uma campanha em favor da abolição da escravatura nesse Estado.(13)

São muito poucas, ainda, as informações sobre Laurina Maria, conhecida por Lula, que combateu ao lado de Vicente Ferreira de Paula, líder dos Cabanos, no auge daquela revolta, entre os anos 1833 e 1834. Décio Freitas se refere à grande influência que na Cabanada, como um todo, tiveram as mulheres pobres.(14)

## MULHERES NEGRAS (RESISTÊNCIA)

As lutas de resistência dos negros cuja essencialidade histórica se resente de tantas omissões, também contaram com a participação ativa das mulheres negras, de cuja participação damos, a seguir, alguns exemplos.

Há inúmeras referências a prisões de mulheres durante a defesa dos quilombos, como é o caso em dois quilombos da Vila Cachoeira na Bahia, o de nome Orobó e o Andaraí (15).



Diziam as crônicas da época que segundo os costumes africanos "todos (homens e mulheres) são combatentes e guerreiros". No quilombo de Itabira, Minas Gerais, em 1719, confirmando essas crônicas, uma das dirigentes era Isabel, uma negra mina. Também, consta a prisão de muitas mulheres combatentes no morro do Ouro Preto. (16) Na Revolução dos Malês, em 1835, em Salvador, Bahia, entre os revolucionários mais ativos se encontrava Gêge Luisa Mahim, a mãe do poeta Luís Gama.

(4) "Formação Histórica de Alagoas". Cícero Pércles Carvalho. Edição Grafitex - Indústria e Editora Ltda. Maceió-Alagoas.

(5) "Obras Políticas e Literárias. Frei Joaquim do Amor Divino Caneca (Assembleia Legislativa de Pernambuco).

(6) IDEM.

(7) "Romanceiro de Bárbara". Caetano Ximenes Aragão. Secretaria de Cultura e Desporto. Fortaleza-Ceará.

(8) "O Quebra-Quilos" (1874-1875) chamado de "A sedição da Paraíba", Estado onde surgiu, teve as seguintes causas, conforme Armando Souto Maior, em seu livro "Quebra-Quilos - Lutas Sociais no Outono do Império", livro, aliás citado no texto: "As causas da sedição - pelo menos as exteriorizadas - aparecem quando se diz que o povo "levanta vozes contra impostos, a nova lei do recrutamento que a denominam de lei do cativo e a dos pesos e medidas".

(9) "Motim das Mulheres - um episódio do Quebra-Quilos. Vingt-un Rosado (citado anteriormente).

(10) IDEM

(11) "Quebra-Quilos - Lutas sociais no Outono do Império". Armando Souto Maior - Brasileira, Vol. 366 - CIA Editora Nacional, MEC/1978.

(12) "Diário de Natal", edição de 28.09.1982.

(13) IDEM.

(14) "Guerrilheiros do Imperador" - Edições Graal, 1982 - Rio de Janeiro. Décio Freitas.

(15) Anais da Biblioteca Nacional - Vol. XXXVI, fls. 16 e 17.

(16) Revista do Arquivo Público Mineiro, nº 24, fls. 514 e 549.

## CAPÍTULO II

### GREVES, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, DIREITO DE VOTO

Mesmo antes da chamada Revolução de 1930, que é um ponto de referência ao processo de industrialização e de urbanização do país, as mulheres continuaram marcando uma presença ativa nos primeiros anos do século XX e, em alguns casos, defendendo os seus direitos de trabalhadoras.

### TRABALHADORAS EM GREVE

No mês de maio de 1907, as mulheres têxteis participaram da greve dos 600 têxteis (a grande maioria da categoria era constituída de mulheres) da Fábrica São Bento, em Jundiaí, São Paulo, por melhores salários e pelo horário de 8 horas de trabalho. A luta pela redução do horário de trabalho, então de 13 horas, foi uma decisão tomada pelo Congresso de Trabalhadores realizado em 1906, com a representação de setores nos quais as mulheres eram maioria (têxteis e costureiras). Embora nos ramos onde trabalhavam somente homens a vitória tenha sido total, aqueles onde as mulheres eram numerosas a redução do horário de trabalho foi diferenciada em 1,30 hm.: para os homens (setores essencialmente masculinos) 8 horas, para as mulheres 9,30 hs. Acresce que o horário era somente obedecido em São Paulo e nas grandes cidades. Outras greves se seguiram com a participação das mulheres, por exemplo, em janeiro de 1912, a dos trabalhadores nas indústrias de calçado, têxtil e tipográfica. Em 1917, houve um movimento grevista na Fábrica Crespi (têxtil), em São Paulo, e numerosas mulheres foram encarceradas.

Uma outra greve de têxteis começou em maio de 1919, em São Paulo, com a participação de 30.000 operários (cerca de 10.000 em São Caetano e São Bernardo) que protestavam contra o sistema de multas, a diminuição dos salários e a

repressão durante o trabalho. Em São Bernardo, mulheres e crianças foram feridas, vítimas da violência policial. Uma nova greve de têxteis foi realizada no mesmo ano, em solidariedade com os trabalhadores da Light.

Constata-se, assim, que nos setores de atividades (produção) nos quais a mão-de-obra feminina tinha predominância, houve uma participação ativa das trabalhadoras por aquelas reivindicações que lhes correspondiam prioritariamente: aumento de salários, melhores condições de trabalho, incluindo a maneira de tratá-las e pela redução das horas de trabalho(17).

Foi através de Rosa Bittencourt, amiga de tantos anos e companheira de tantas campanhas (falaremos de Rosa mais adiante), durante o governo repressivo do general Eurico Dutra, que tivemos conhecimento da greve dos têxteis no Rio e Estado do Rio de Janeiro, em 1919 e nos anos seguintes. As mulheres; contava Rosa, eram maioria e muitas vezes os soldados atendiam os seus apelos para não atirarem nos trabalhadores. No mesmo ano, houve greve das têxteis na cidade de Salvador, Bahia, e como uma de suas dirigentes, a têxtil Francisca Miranda, que conhecemos pessoalmente.

### ENGAJAMENTO POLÍTICO NA DÉCADA DE 30

Embora sejam encontradas referências a organizações de mulheres, os jornais da época e outras publicações nem sempre se referiam aos nomes das mesmas. É o caso, por exemplo, de vários jornais noticiarem, em 1933, somente que associações femininas do Rio de Janeiro homenagearam a primeira mulher a participar da Assembléia Constituinte, a Deputada paulista Carlota Pereira de Queiroz. Ou, no ano anterior, 1932, quando líderes femininas reagiram contra a proclamação do então Ministro da Guerra a favor do serviço militar para as mulheres: "A mulher não é para ir à guerra e sim para tirar os homens de lá".

Mas que tipo de organizações eram? Seus programas? Seus objetivos? e quem eram as suas associadas e as suas dirigentes? Em que pese essa omissão ou essa generalização, por outro lado a década de 1930 coloca uma extensa lista de mulheres no centro de atividades políticas bem definidas, co-

mo foi o caso de centenas de adesões à Aliança Nacional Libertadora. Entre as organizações de massa que dela faziam parte encontra-se o nome da União Feminina do Brasil.

Grupos de mulheres e personalidades femininas defendiam, em 1933, a participação da mulher nos júris populares, estabelecendo polêmicas entre advogadas dessa participação, como a baiana Edith Mendes da Gama e Abreu, e adversários como os juizes Aprígio Garcia e Ramos da Costa, polêmicas que ocupavam as páginas dos jornais.(18)

Em 1933, as opções pelos movimentos políticos, às quais já nos referimos, trouxeram às fileiras da Aliança Nacional Libertadora mulheres que representavam o posicionamento mobilizador mais avançado daquele tempo. Criada a Ala Feminina da Aliança Nacional Libertadora, dela faziam parte, entre dezenas de outras mulheres, Amanda Álvaro Alberto, que foi sua Presidente, Eugênia Álvaro Moreyra, Maria Moraes Werneck, Francisca Moura, Eneida Moraes, Zoila Abreu Teixeira e Lydia Bessoché. A Ala Feminina da Aliança Nacional Libertadora, chegou a reunir 70 operárias, tendo sido criado o Comitê da Mulher Trabalhadora, cujo "Manifesto contra o Fascismo" foi lido em comício no Rio de Janeiro, no dia 07 de outubro de 1934. Nesse comício, estaria certamente Laura Brandão, a poetisa que comovia os trabalhadores na Praça Mauá e no Cais do Porto, com a declamação de seus poemas revolucionários, e que, anos mais tarde, morreria no exílio, na cidade de Moscou. Laura, que pertencia a um grupo de defesa civil, tem o seu nome na lista dos combatentes naquela cidade, onde deixou seus últimos poemas, seus últimos anos de vida e de luta na história da resistência ao nazismo, durante a II guerra mundial.

### PELO DIREITO DE VOTO

Se no dia 24 de fevereiro de 1932, as mulheres conquistaram o direito de voto, na luta por esse direito deve ser registrado historicamente o nome de Celina Guimarães Viana, como a primeira mulher eleitora no Brasil, na cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte. Seu voto foi posto na urna no dia 05/04/1928, como resultado de um requerimento feito no dia 25/11/1927. A participação das mulheres nas eleições,

naquele Estado, foi regulamentada pela Lei Estadual nº 660: "No território do Rio Grande do Norte podem eleger e ser eleitos todos os cidadãos, sem diferença de sexo, desde que reúnam todas as condições estabelecidas pela Lei". E, naquele mesmo ano de 1928, 15 mulheres foram candidatas ao Senado, que, no entanto, anulou os votos, considerando que na legislação vigente não era reconhecido o direito de voto à mulher. Entre as mulheres candidatas, foram eleitas algumas vereadoras, por exemplo, Alzira Soriano, na cidade de Lajes.

Das referências às pioneiras que lutaram pelo direito de voto não pode ser omitido, como vem sendo, o nome de Alice Tibiriçá, que defendeu vigorosamente esse direito, durante o Congresso realizado, em 1931, pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Testemunhando as suas atividades em favor do direito de voto para a mulher, o seu nome foi o que recebeu o maior número de indicações, sendo também um dos mais sufragados no conjunto, em um Plebiscito promovido pelo "Diário de São Paulo", em 1933. No entanto, ela não quis candidatar-se. Chama a atenção que a luta pelo direito de voto não tenha se preocupado com o anacronismo da condição jurídica da mulher, sancionado pelo Código de 1916.

Os que combateram esse direito alegavam que da eleição plebiscitária de 1848, na França, não haviam participado as mulheres. Mas havia, em geral, na sociedade brasileira, inclusive da parte do governo do Sr. Getúlio Vargas um consenso em favor do direito de voto para a mulher. Embora o Chêfe do governo falasse de "concessão", o que houve na realidade foi uma conquista das mulheres, depois de uma luta que não começou na década de 30, mas durante longos anos, da qual é expressão a declaração do poeta Castro Alves, em 1871, em favor do voto feminino.

Por motivos que deverão ser pesquisados — e certamente serão — houve uma limitação no aproveitamento dessa conquista, no sentido de que as mulheres passassem a ocupar um maior espaço político e avançassem na conquista de novas reivindicações específicas. Aliás, a esse respeito dizia um jornal de São Paulo: "A percentagem de mulheres alistadas é pequena e não existe nenhuma organização feminina capaz de levar às Urnas, com probabilidade de sucesso, nenhuma candidata". (19) Realmente, a campanha esgotou-se com a lei, o

que significa a limitação organizativa da mesma, sem desdobramentos em favor de outros direitos específicos, e sem o respaldo de uma mobilização popular.

(17) Informações obtidas de pessoas que participaram dessas greves, mas principalmente através do livro "História das Lutas Sociais". — Everardo Dias, Editora Edaglit, 1962.

(18) "A Tarde" (Salvador-Bahia), Edição de 11.04.1933. "Folha da Manhã" (São Paulo — S/P), Edição de 14.02.1933.

(19) "Folha da Manhã" (São Paulo — S/P), Edição de 26.03.1933.

### ECAPÍTULO III 1945: NOVOS CAMINHOS

Não conhecemos outra informação que melhor expresse a participação da mulher nos acontecimentos de 1945 do que uma notícia-crônica, que transcrevemos a seguir:

#### "MULHERES NA LUTA PELA DEMOCRACIA

No Rio e em São Paulo, para não citar outras capitais brasileiras, as mulheres estão começando a tomar parte ativa na presente campanha política. Não querem ser apenas espectadoras do movimento de democratização do país, nem somente depositar, como autômatos, o seu voto nas Urnas. As mulheres vão participando do atual movimento de opinião e é justo que o façam. Não, apenas, porque na opinião de Talleirand — "as mulheres são políticas" — mas, também, e sobretudo, porque são pensamento e ação do mundo de hoje. A Inglaterra, os Estados Unidos e a Rússia tiveram na mulher uma grande propulsora do seu esforço de guerra. Na China, uma extraordinária mulher foi o ideal vivo da resistência nacional ao invasor japonês. A mulher brasileira — mãe, esposa ou irmã — portou-se admiravelmente na luta do Brasil contra o nazi fascismo. Foi ela quem melhor animou e incentivou os nossos soldados. Agora, iniciando-se a campanha eleitoral, elas correspondem ao novo apelo da Pátria, no campo das idéias. No Rio de Janeiro já se encontra em franca atividade o Comitê de Mulheres Pró-Democracia, que tem a seguinte diretoria: Presidente — Francisca Moura; Vice-Presidente — Maria Barata; Secretária — Bluma Wainer; Tesoureira — Anita Gouveia. O Comitê de Mulheres está concitando o mundo feminino para se organizar, em todos os Estados, em comissões semelhantes de luta pela democracia e pelo progresso da Pátria" (20)

Hoje, decorridos 40 anos, certamente a apresentação des-

sa nova organização não seria feita de forma que à mulher fosse atribuído somente o título de mãe, de esposa e de irmã, mas o de cidadã cuja participação sócio-econômica e político-cultural é uma exigência para a sua liberação, em todos os sentidos.

Na cidade de Salvador, Bahia, foi lançado, também, no dia 15/07/1945, um "Manifesto das Mulheres Baianas contra o fascismo", dia em que se realizou uma passeata de mulheres tendo à frente as trabalhadoras têxteis e entre elas Francisca Miranda, cujo nome já foi citado anteriormente. O manifesto se referia à ... "participação das mulheres na Liga de Defesa Nacional, pela redemocratização do país, na campanha de ajuda à FEB, na campanha pela anistia" e "participação nos Comitês Democráticos", que foram criados em todos os Estados, em defesa das reivindicações populares e pleno restabelecimento das liberdades democráticas".

Iniciada a campanha pela anistia, em 1945, foi formado o Comitê Feminino pela Anistia, no Rio de Janeiro, que trabalhou intensamente até a vitória. A seguir esse Comitê transformou-se em Comitê Feminino Pró-Democracia, que incluía em seus Estatutos as lutas pelos Direitos da Mulher, em defesa da Infância e pelas liberdades democráticas.

#### SURGEM AS PRIMEIRAS UNIÕES FEMININAS

Conquistada a anistia, as mulheres que participavam dos Comitês Democráticos desdobraram as suas atividades, passando a organizar as Uniãoes Femininas. Como terá sido lembrado esse nome para as organizações que começavam a surgir, por todo o país? Não era um nome desconhecido: em 1931, existia em Minas Gerais a União Feminina de Teófilo Otoni, presidida pela Sra. Elvira Reis Vjeira Ferreira, e que se pronunciou contra o serviço militar para a mulher. (21)

Embora as Uniãoes Femininas tenham cuidado dos problemas dos bairros, localmente, e de outros como o da carestia e do abastecimento, fazendo desses problemas gerais o centro de seus programas, elas foram, no entanto, os canais que permitiram o encaminhamento, mais tarde, de outras atividades que tinham como centro a defesa dos direitos específicos da mulher. À medida que se iam estruturando, eram criadas as condições de mobilização que permitiram a organização da

Federação de Mulheres do Brasil, de âmbito nacional.

É necessário ter em conta que terminada a II guerra mundial com a participação de soldados brasileiros, surgiam as diversas dificuldades decorrentes da conjuntura internacional, com reflexos negativos no interior do país, além das dificuldades infra-estruturais permanentes do próprio regime econômico: a elevação do custo de vida, o racionamento de artigos de consumo e da gasolina, além de outras que atingiam e degradavam as condições de vida. Tudo isso, sensibilizava as mulheres que colocaram a solução desses problemas como bandeiras prioritárias de suas lutas.

As questões de ordem política, quebrados os grilhões da censura de tantos anos, eram gritadas por todos os meios de comunicação de massas, escritas nos muros, distribuídas em panfletos, propagadas nos comícios e nas passeatas, como a da convocação de uma Constituinte. Constituía pano de fundo do movimento de massas em geral, do qual fazia parte o movimento de mulheres. O grande mérito das Uniões Femininas e da constituição de grupos de mulheres com outros nomes foi o de ter contribuído para que as organizações municipais, estaduais e a organização nacional fossem o resultado de um trabalho feito a partir das bases populares, com mulheres de todas as camadas sociais, a partir de um conjunto de reivindicações, inclusive as específicas de mulheres, que iam sendo desenvolvidas no processo de conscientização. Assim, iam se definindo as linhas mais avançadas das lutas femininas, linhas que a própria prática confirmou nos anos seguintes ao de 1945.

(20) "O Momento", Salvador-Bahia, edição de 15.07.1945.  
(21) "Folha da Manhã", São Paulo - S/P, edição de 26.03.1931.

## CAPÍTULO IV ORGANIZAÇÕES E ATIVIDADES

### CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS, ASSEMBLÉIAS, PROGRAMAS, PROPOSTAS, RESOLUÇÕES

Seria muito longo fazer uma caminhada, seguindo e marcando os passos de todas as atividades das organizações de mulheres surgidas em 1945, as distâncias percorridas e vencidas, durante duas décadas. Por isso, escolhemos somente algumas datas e atividades alguns eventos e programas que ilustram aspectos essenciais da vida daquelas organizações.

Em uma Assembléia Geral, realizada em Recife, Pernambuco, em 17 de julho de 1946 foi instalado o Comitê de Mulheres Pró-Democracia. Os seus estatutos visam a defesa dos direitos da mulher, em diversos artigos: ...§2 do art. 2º: "Assegurar à mulher iguais direitos aos dos homens, em todos os ramos da atividade profissional, política, administrativa, cultural e agrícola" ...Art. 3º: "Lutar pela emancipação econômica e espiritual da mulher, procurando valorizá-la profissional e moralmente, melhorando-lhe o nível educacional, político, cultural e artístico"... "Defender a mulher que trabalha e pugnar pela observância rigorosa dos direitos que já lhes são assegurados em Lei: salário igual para trabalho igual, condições higiênicas no trabalho, descanso semanal, férias, licença com vencimentos integrais à gestante, instalação de creches nos locais de trabalho, etc." Da diretoria do Comitê faziam parte: Edith Coutinho, Neusa Cardim, Edith Góis e na lista de sócias fundadoras constavam, os nomes de Áurea Góis, Adalgisa Cavalcanti, Adanary Leite, Denise Barros, Odete Silveira, Zélia Cardim, Zulmira Sales, Maria Bezerra, Nair de Freitas e Maria Augusta Capistrano.

Em 1948, realiza-se uma Convenção Feminina, no então Distrito Federal, quando é criada a Associação Feminina do Distrito Federal com uma atuação destacada, lutando por escolas, creches, parques e bibliotecas infantis. As organiza-

ções iam tomando novos rumos, pois a Associação Feminina do Distrito Federal substituíra o Instituto Feminino do Serviço Construtivo, criado em 1947, e cujas principais lutas foram contra o Projeto de Lei de Segurança Nacional.

Naquele ano de 1948, já havia uma lista extensa de Ligas, de Comitês, de Associações Femininas com seus programas e suas atividades que serviam de instrumento mobilizador das mulheres em todos os Estados, e os programas destacavam a importância do intercâmbio entre as diversas organizações, permitindo a formação de uma corrente política, a troca de experiências e o fortalecimento das ações de solidariedade. O Manifesto das mulheres baianas, por exemplo, assinado entre outras por Maria Brandão Reis e Brígida Gama Sales, em apoio à luta pela autonomia do Estado de São Paulo, publicado no dia 18/04/1948, dizia: ...“nosso inteiro apoio à luta do povo paulista em defesa de sua autonomia, contra a intervenção federal no grande Estado bandeirante”... “e contra as prisões feitas durante a luta contra a intervenção”.(22)

Essa corrente feita dos elos de múltiplas campanhas e lutas permitiu a fundação, em 1949, da Federação de Mulheres do Brasil, como resolução de um Congresso Nacional realizado no Rio de Janeiro, com a presença de representantes dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Goiás, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Pará, Estado do Rio de Janeiro e Distrito Federal (Rio de Janeiro). Apesar das buscas em várias fontes — jornais, revistas, documentos históricos, livros, não encontramos elementos que pudessem indicar qualquer evento feminino de caráter nacional antes daquele Congresso.

O Estatuto da Federação de Mulheres do Brasil é, também, pioneiro no sentido de, em suas finalidades, colocar a preocupação pela conscientização das mulheres e pela definição de objetivos, visando a conquista de direitos específicos, o que significa um avanço que, infelizmente, não tem sido reconhecido: ...Art. 3.º, letra a) — intensa propaganda de educação e esclarecimento do trabalho feminino” e “Art. 4.º, letra a) — pela organização das mulheres em todo o país, na defesa de seus direitos políticos, sociais, econômicos e jurídicos”. O desdobramento desse avanço está confirmado nas atividades que se seguiram, com a realização de vários eventos, todos eles expressando a finalidade daquele Estatuto.

No dia 06 de junho de 1950, foi encerrada a 1.ª Convenção das Mulheres de Pernambuco, de cujo documento final consta um item novo: “a condenação da literatura infantil pernicioso”. E no mesmo mês realiza-se a reunião do Conselho Nacional de Representantes da Federação de Mulheres do Brasil, com a presença de 150 delegadas, quando é referendada a luta pelos direitos específicos da mulher e de cuja ordem do dia já consta o resultado das “experiências de organização, imprensa e propaganda do trabalho feminino”. É confirmada a diretoria eleita no Congresso de fundação: Presidente — Alice Tibiriçá; Vice-Presidente: Itália Ciribelis Soares e Júlia Amarante; 1.ª Secretária — Arcelina Mochel goto; 2.ª Secretária — Beatriz Cavalcante; 3.ª Secretária Bárbara Feitosa Bezerra; 1.ª Tesoureira — Luiza Lebon Regis; 2.ª Tesoureira — Lourdes Carvalho.

Outras reuniões a níveis estadual e nacional são realizadas em 1950, entre as quais, no dia 06 de junho, a II Convenção Estadual das Mulheres Fluminenses, e, no dia 18 do mesmo mês, o Conselho de Representantes da Federação de Mulheres do Brasil, com a participação de delegadas de todos os Estados. A Convenção do Estado do Rio teve o apoio e a representação das Uniãoes Femininas de São João do Mereti, Caxias, Nilópolis, Mesquita, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Magé, Cabo Frio e Niterói.

Todas essas Convenções, Conferências e demais eventos demonstram a mobilização que houve em todo o território nacional. E não somente a mobilização, também a organização de associações que conseguiram ampliar seus contatos e suas atividades além dos limites das fileiras da FMB, como se verifica em uma das resoluções do I Congresso Nacional da Federação de Mulheres do Brasil realizado em São Paulo nos dias 28, 29 e 30 de julho, com referência à “Organização do Movimento Feminino”: “Orientar todas as suas filiadas para ampliar seus trabalhos em torno dos problemas da mulher e da criança, trabalhando com todas as organizações femininas que em seus programas possuam pelo menos um ponto comum com o da FMB” e, ainda, “Orientar suas filiadas no sentido das mais amplas iniciativas nos trabalhos, de forma que as mulheres se organizem das mais variadas formas, de acordo com as suas necessidades específicas(23).

No Manifesto de Convocação de seu I Congresso, a FMB, em um comovente apelo às mulheres, lembrava "as suas lutas, os seus sofrimentos, as suas experiências" e as convidava para um "feliz encontro de mulheres, donas de casa, professoras, operárias e camponesas, intelectuais, comerciárias, médicas e advogadas que juntas poderão decidir da vida mais feliz e confortável para as famílias brasileiras", acrescentando que ao "fazer esse apelo chama a participar do mesmo todas as suas filiadas através do Conselho de Representantes e um corpo de delegadas e de mulheres em geral, para que, dentro da mais franca discussão, se coordenem e unifiquem a ação das mulheres brasileiras em defesa de seus direitos"(24). Esse apelo trouxe à capital de São Paulo 150 delegadas, entre elas as eleitas no Congresso de Mulheres Goianas, que reuniu delegadas de Pires do Rio, Goiandira, Catalão, Santa Helena e Colônia Agrícola, "zona agrícola por excelência que elegeu quase 100 delegadas camponesas". Também em Anápolis se realizou uma Conferência Municipal.(25)

A realização do I Congresso Nacional da FMB despertou o interesse de vários setores da população e de personalidades femininas (Nuta Bartlet James, Branca Fialho — educadora, Lygia Lessa Bastos — vereadora, Djanira — pintora, Geny Marcondes — radialista, Mariana Agostini Alvim — Assistente Social, Yvonne Jean — jornalista, Elsie Lessa — jornalista, Arcelina Mochel Goto — advogada (Rio de Janeiro), Alzira de Melo Rodrigues, Lia Queiroz Martins, Carmen Souza Trovão Costa, Maria José Souza Cid e Joselina da Silva Piret Abal — professoras, Maria de Lourdes Viegas — industrial, Hilda Campofiorita — pintora (Estado do Rio de Janeiro); Célia Lobão Lobato — Presidente do "Centro das Donas de Casa", Ivana Rabelo Versiana — Vice-Presidente da Juventude Estudantil Católica, Zilah Correia de Araújo e Mirtes Pereira — advogadas (Minas Gerais); Odília Lavigne — médica (Bahia); Vanda Andrade e Silva — atriz de teatro, Yany Ribeiro e Diocélia Viana — radialistas (São Paulo); Marina Machado e Eva Estelita Fogaça — dirigentes sindicais, Emilce Aveline — advogada (Rio Grande do Sul), que assinaram a convocação de uma I Assembléia Nacional de Mulheres, que se realizou no Rio de Janeiro, de 14 a 18 de novembro de 1952, com a presença de delegadas de 9 Estados e que incluiu entre os

temas de discussão, "Os direitos da mulher em geral" e "Os direitos da mulher trabalhadora". As resoluções traçaram um programa de atividades não somente para as organizações femininas já existentes, mas "para todas as mulheres, independentemente de suas opiniões políticas ou religiosas ou de quaisquer outras divergências que as pudessem separar". Essas resoluções correspondiam ao pensamento da Comissão Patrocinadora daquela Assembléia, constituída pelas Sras. Nuta Bartlet James, Yvonne Jean, Iris Barbosa Melo, Elsi Lessa, Adalgisa Almeida Prado e Eunice Veiga.

Nos dias 9 e 10 de novembro de 1953, era em Porto Alegre, R. G. do Sul, que se instalava a II Assembléia Nacional de mulheres, por ocasião da qual, segundo a convocatória, "delegadas de todos os recantos do país encontrar-se-ão em nossa cidade a fim de discutirem e encontrarem soluções para os problemas que mais afligem as mães, as operárias, as donas de casa, as camponesas, enfim a todo o povo". 150 personalidades assinaram a convocatória da 2ª Assembléia Nacional de Mulheres, destacando-se os nomes de Branca Fialho, Edi Duarte Pereira, Branca Sampaio, Mariuccia Iacovino, Lia Corrêa Dutra, Paulina D'Ambrósio, Eunice Catunda, Yvonne Jean, Edith Saldanha, Elisa Branco Batista e Lila Ripoll Guedes.

Diversas reuniões nacionais e internacionais já haviam se realizado antes, no país, mas a primeira reunião de mulheres latino-americanas para tratarem de seus problemas, de seus direitos, de suas reivindicações foi a I Conferência Latino-Americana de Mulheres, com o patrocínio da Federação de Mulheres do Brasil, de 07 a 11 de agosto de 1954, em dias muito difíceis na conjuntura nacional. Foi o mês, naquele ano, do suicídio do Chefe do Governo, Sr. Getúlio Vargas.

Essa I Conferência Latino-Americana de Mulheres foi precedida de um Encontro de Mulheres Brasileiras, onde os pontos a serem debatidos são discutidos e apoiados por um grupo de convidadas: Paulina D'Ambrósio, musicista; Dra. Adalzir Bittencourt; Diva Brito de Oliveira, pintora; Maria Margarida; Eloisa Ramos — viúva de Graciliano Ramos; Maria Helena Figueiredo; Elvira Lacerda; Sílvia Chalreo, pintora; Eneida Moraes, jornalista e escritora; Maria de Lourdes Duarte Gonçalves, do Jornal Diário de Notícias; Geni Marcondes; Zora Seljan Braga, escritora; Zélia Amado; Beatriz Bandeira, poe-

tisa; Maria Augusta Tibiriçá Miranda, médica.

Representantes de todos os Estados brasileiros e delegações de 7 países do Continente, mais de 300 delegadas, estiveram presentes à I Conferência Latino-Americana de Mulheres. Damos a palavra a algumas delas para falarem das esperanças que trouxeram e que levaram do nosso país :

Ema Gomez, dirigente do Comité Nacional Feminino de Unidade, no Chile, e que integrou o Comité Patrocinador da Conferência disse que "A feliz idéia de realizar esta Conferência foi para as mulheres do Chile um mandato ao qual não podemos fugir, uma vez que nos pontos a tratar se consideraram coisas fundamentais, como os Direitos da Mulher e os Direitos da Infância". A poetisa Paraguaia, Josefina Laguardia opinou que "A Conferência Latino-Americana sobre os direitos da mulher despertou em mim grande interesse. Seus ideais são afins com os que sustentamos, porque os objetivos a que se destina são nobres e humanos — ideal sonhado por todas as mulheres que pensam em um melhor futuro para seus filhos e a humanidade". Destacamos a opinião da Sra. Margarida Ponce, Presidente da União de Mulheres Argentinas: "As mulheres da América Latina sentiram a necessidade de unir-se superando diferenças ideológicas e religiosas, para considerarem, em comum, suas condições de vida, a defesa da soberania de seus povos e a manutenção da paz. As mesmas inquietações, os mesmos problemas afetam a todas as mulheres latino-americanas, em sua condição de mãe, trabalhadora e cidadã e estou certa que nesta I Conferência Latino-Americana de Mulheres, ponto alto de nosso grande esforço na marcha para o progresso, havemos de encontrar, todas juntas, a causa que mantém a mulher em situação de inferioridade econômica, política e social, e o caminho para a solução desses problemas". (26)

Quase findo o ano de 1954, em 04 de dezembro, "A Federação de Mulheres do Brasil, de acordo com as normas estatutárias, convocou para os dias 11 e 12 de dezembro do corrente ano, a reunião de seu Conselho de Representantes, na Capital de São Paulo, para a discussão da seguinte ordem do dia: 1) Balanço das atividades de suas organizações, 2) Plano Nacional de organização, 3) Eleição da diretoria da FMB. A FMB, considerando a importância dessa reunião para o movimento feminino em geral e o interesse que despertará

entre as mulheres de nossa Pátria, convida a participarem do seu Conselho todas as entidades que efetuem trabalhos em benefício da mulher e da criança, Alas Femininas de organizações mistas, departamentos femininos de sindicatos e mulheres não filiadas a quaisquer organizações, para que, de uma ação conjunta, possam resultar maiores esforços na amplitude das atividades da mulher, pela defesa de seus direitos e conquista de suas reivindicações. A reunião do Conselho será pública e todas as pessoas interessadas na discussão de sua ordem do dia e qualquer contribuição de teses ou sugestões será recebida com o maior acatamento". (27) Algumas recomendações importantes foram feitas naquele Conselho, destacando-se a que dizia respeito à atuação das mulheres nos movimentos patrióticos e que consideramos um ponto de encontro com a recuperação da memória histórica com a qual nos preocupamos.

A reunião do Conselho da FMB, no parque Ibirapuera, com a presença de 120 delegadas de todo o país, teve, também, a finalidade de prestar uma homenagem ao IV Centenário da cidade de São Paulo. Naquele ano de 1954, os problemas sociais se agravavam e exigiam a presença e a participação das mulheres.

No Rio de Janeiro, era terrível o drama de 500.000 favelados com os despejos constantes ordenados pela Justiça, para atender à ganância dos proprietários ou pseudo-proprietários dos terrenos, por onde se espalhavam as favelas. E a cidade assistia a espetáculos diferentes daqueles apresentados nas telas dos cinemas da Cinelândia, onde ficava o prédio da Câmara Municipal: milhares de homens, mulheres e crianças, carregavam cartazes e faixas com frases de denúncia e protesto e ocupavam aquela Câmara exigindo a aprovação de Projetos que lhes garantiria a casa onde morar. A Associação Feminina do Distrito Federal lhes prestava assistência e distribuía alimentos às crianças. E as notícias vinham chegando de outros problemas em outros locais e de muitas atividades.

A Federação das Mulheres do Estado de São Paulo de sua sede à rua da Liberdade, 120, informava sobre as comemorações da "Jornada Internacional da Infância". A Associação Feminina de Santos, São Paulo, instalava cursos e posto médico à rua Braz Cuba, 258. A Associação Feminina de Sorocaba realizava uma Assembléia, à rua Francisco Scarpa, 70. A



Associação Feminina de Araraquara inaugurava sua sede. Em Montes Claros, Minas Gerais, se instalava o Instituto Feminino, em defesa dos direitos da mulher.

### E AS MULHERES NÃO VOLTARAM PARA CASA: NOVAS ORGANIZAÇÕES FEMININAS, NOVAS ATIVIDADES

Em Santos, São Paulo, no bairro de Macuco, no dia 25.09.1955, é organizado mais um núcleo da Associação Feminina daquela cidade, tendo como Presidente a Sra. Iracy Matheus Garcez. Em São Paulo é fundada a "União Cultural Feminina Espanhola", cuja finalidade, entre outras de caráter cultural e recreativa, era a de auxiliar moral e materialmente os presos políticos espanhóis. Em Pernambuco, é criada uma nova organização de mulheres, a Federação de Mulheres de Pernambuco. No Pará, são criadas, àquela ocasião, três Associações Femininas em vários bairros de Belém.

Ainda em 1955, consta o registro de várias atividades da Associação das Donas de Casa de Juiz de Fora, Minas Gerais, com um intenso programa de trabalho, no qual sua Presidente, Verônica Rodrigues da Silva, inclui a melhoria da situação das escolas públicas.

"Momento Feminino" publica a seguinte informação sobre a Assembléia Nacional de Mães: "De 29 de junho até 1.º de julho de 1955, foi realizada no Distrito Federal a Assembléia Nacional de Mães, em apoio ao Congresso Mundial de Mães a realizar-se em julho do mesmo ano, em Lausanne, na Suíça. Para a realização dessa Assembléia foram realizadas Conferências regionais, municipais e estaduais, elegendo-se nesses atos delegadas àquela Assembléia. Entre outras, a D. Federal, nos bairros de Copacabana, São Cristóvão, Leopoldina, etc. Nos Estados: Estado do Rio — em Caxias, Estado do Rio Grande do Sul, Estado do Espírito Santo, Estado da Bahia, Minas Gerais e São Paulo (Ribeirão Preto, Campinas e Piracicaba). Além dessas realizaram-se duas grandes Assembléias Regionais: Rio G. do Sul, abrangendo os Estados de São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás; em Pernambuco abrangendo os Estados do Amazonas até a Bahia" (28)

Em mais uma reunião do Conselho de Representantes realizada nos dias 9 e 10 de dezembro de 1955, da qual

participaram 115 delegadas (Paraná, Estado do Rio, R. G. do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo) além das representantes dos Departamentos Femininos dos Sindicatos dos Têxteis, Metalúrgicos e Sapateiros do D. Federal, dos Departamentos Femininos da Liga de Emancipação Nacional e da Associação de Defesa dos Direitos do Homem). Estiveram presentes a Deputada do PTB, Yvete Vargas, a líder feminina do PSP, Carolina Sotto Maior, e a representante da Associação Israelita Brasileira. Entre outras informações prestadas ao plenário constou a da Dra. Yeda Menezes, que falou em nome da Associação Feminina do Distrito Federal, sobre o intenso trabalho realizado no Curso da Assembléia Nacional de Mães, quando foram realizadas 38 Assembléias, atingindo 5.000 pessoas. Informou também que as trabalhadoras participaram dessas atividades, o que permitiu enviar duas delegadas ao Congresso Mundial de Mães: uma representante das famílias dos marítimos e uma dirigente do Sindicato dos Têxteis do Distrito Federal, Creuza Moura. O plano de trabalho apresentado ao Conselho e por ele aprovado incluiu a divulgação da "Declaração dos Direitos da Mulher", as comemorações do Dia Internacional da Mulher (8 de março) e "a participação ativa e efetiva na Conferência Internacional de Mulheres Trabalhadoras" a realizar-se de 14 a 17 de junho de 1956, em Viena. Para isso a FMB, dizia o plano, "deverá estabelecer intercâmbio de trabalho com os Sindicatos, Federações e Associações de trabalhadoras, a fim de planificar em comum os trabalhos pelas reivindicações das trabalhadoras". A Dra. Arcelina Mochel Goto: no relatório apresentado deu o inteiro apoio da FMB à Comissão Permanente da I Conferência Latino-Americana de Mulheres, comprometendo-se com a ajuda à "Conferência de Mulheres de todas as Américas", tendo por fim tornar mais estreitas as relações entre as mulheres do Continente nas lutas comuns por seus direitos". (29)

Muitas mulheres que participaram de todas essas atividades foram vítimas da repressão policial (prisões, violências e até assassinatos, como nos casos de Zélia Magalhães e Angelina Gonçalves). No entanto, as organizações femininas respaldadas por um amplo movimento de massas, mesmo durante o governo do General Eurico Dutra, apesar das pressões e perseguições, continuaram com suas portas abertas e funcionando.

No entanto, por estranho que pareça, logo após a ascensão do Presidente Juscelino Kubitschek (1956), a Federação de Mulheres do Brasil e todas as organizações a ela filiadas, inexplicavelmente, foram fechadas e proibidas de funcionar (inclusive as organizações de bairro), em todo o país. Mais tarde, essa proibição seria revogada.

Mesmo em face de tão insólita proibição as mulheres não desanimaram. E queremos destacar a fundação, em seguida, da Liga Feminina do Distrito Federal, que, depois, com a mudança do Distrito Federal para Brasília, passou a chamar-se LIGA FEMININA DO ESTADO DA GUANABARA. Sob a direção de figuras de destaque, como Da. Ruth Santana e a Dra. Zélia Pinto de Rezende, e congregando mulheres de todas as atividades e de todas as camadas sociais, mantendo em seus quadros trabalhadoras, universitárias, escritoras, jornalistas, enfim todas as que se comprometiam com o seu programa e os seus objetivos: pela reforma do Código Civil; pela aprovação do Projeto de Lei n.º 2782/60, de autoria do então Deputado Benfamin Farah, que resultou na Lei que instituiu no Brasil o Dia Internacional da Mulher (8 de março): palestras e conferências sobre assuntos de interesse da mulher; pela instalação de Bibliotecas Públicas, principalmente infantis; pela instalação de creches, pela estabilidade da mulher gestante, nas empresas onde trabalha; contra a carestia; pela melhoria das escolas públicas e dos professores dessas escolas. Como testemunho de seu prestígio e de sua audiência, lembramos que conseguiu 100.000 assinaturas na cidade do Rio de Janeiro, contra a carestia e o aumento do leite "in-natura", assinaturas que foram entregues em Brasília, ao Presidente João Goulart, no dia 18.10.61, por uma grande delegação de mulheres.

No dia 05 de janeiro de 1957, começava, no Rio de Janeiro, a reunião de mais um Conselho da Federação de Mulheres do Brasil, com a participação de representantes de todo o país, para um balanço das atividades do ano de 1956, a reforma dos Estatutos e a aprovação de um novo Projeto de Programa.

As organizações continuavam a nascer, como a Associação das Donas de Casas de Mossoró, em 1958, com a filiação de 300 mulheres. Instalava-se, em âmbito nacional, a Comis-

são Feminina de Intercâmbio e Amizade, que preparou a delegação ao Congresso Mundial de Mulheres, em 1963.

### "APESAR DE VOCÊ"...

E apesar de você (Você é repressão, é tortura, é morte, é silêncio, é exílio), mas "Sem perder a esperança", como escreve Beatriz Bandeira em um de seus poemas, a partir de 1964, foi organizada a União Brasileira de Mães, cuja voz era a única que conseguia ser ouvida pelas autoridades e protestar junto aos carcereiros, exigindo quebra da incomunicabilidade dos presos políticos, tratamento menos bárbaro, visitas e assistência jurídica aos mesmos.

Depois do Congresso Mundial de Mulheres realizado no México, em 1975, que reuniu mulheres do mundo inteiro, foi levantada a bandeira da anistia aos presos políticos. É criado o Movimento Feminino pela Anistia e uma das promotoras desse Movimento foi a Dra. Terezinha Zerbini. Movimento que se ampliou por todos os Estados, conquistando não a anistia pela qual lutava — ampla, geral e irrestrita — mas a libertação dos Presos Políticos, a anulação das cassações e a volta dos exilados. E aqui estamos.

(22) "O Momento", edição de 18.04.1948

(23) IDEM, edição de 10.08.1951.

(24) IDEM, edição de 28.08.1951.

(25) IDEM, Idem.

(26) "Momento Feminino", edição n.º 107/1954.

(27) IDEM, edição n.º 108/1954.

(28) IDEM, edição n.º 110/1955.

(29) IDEM, edição n.º 116/1956.

## CAPÍTULO V TRABALHADORAS URBANAS E RURAIS

### E AS LOCOMOTIVAS NÃO PASSARAM

A maior participação das operárias nas lutas por seus direitos deve-se, em primeiro lugar, a um grande número de mulheres trabalhando no setor da indústria de transformação, número que correspondia, naqueles anos, a 65% enquanto no setor metalúrgico, por exemplo, era de apenas 17%, segundo dados estatísticos oficiais.

Mas antes de falar das têxteis e de seus teares parados, comecemos falando daquelas mulheres que assumiam a tarefa de sustentar com o seu apoio, com o apoio de seus próprios corpos, as greves das categorias às quais pertenciam os seus familiares. Sem serem "trabalhadoras", porque não tinham carteira assinada, elas o eram duas vezes: pelo trabalho que executavam em casa e pela exploração de que eram vítimas, através da exploração direta de que eram vítimas esses familiares.

Na greve dos mineiros de Lafaiete, Minas Gerais, em setembro de 1948, greve que terminou depois de 37 dias, foi decisivo o papel das mulheres. Compreendendo a importância da greve, participaram das comissões de vigilância organizadas pelos grevistas e impediram a ação dos fura-greves, ao mesmo tempo em que buscavam o apoio e a solidariedade da população.

Dois anos depois, na greve dos ferroviários, no Rio de Janeiro, em janeiro de 1950, as mulheres repetiam as mesmas atividades de participação.

Uma das mais belas páginas dessas lutas foi o heróico movimento das mulheres dos ferroviários da rede mineira. No fim de 1949, era de três meses o atraso do pagamento dos ferroviários, muitos deles ausentes por muitos dias de seus lares, levando e deixando a fome nas linhas férreas que se

estendiam até Goiás "Fome! Fome! no duro!", diziam eles. Em Itajubá, as mulheres assumindo o seu papel de "grevistas" ocuparam o telégrafo da Rede. Em Cruzeiro, deitavam-se com as crianças nos trilhos das linhas e os trens não passavam... Alegando que as crianças estavam expostas às intempéries, um juiz quis retirá-las de lá, mas as mães alegaram que em casa não estariam expostas ao mau tempo, mas estariam expostas à fome. "Nossa luta é contra a miséria e a fome". Um destacamento feminino tomou conta da estrada e impediu que o trem de Pouso Alegre saísse de Itajubá, no qual viajava o comandante da 4ª Região Militar, que teve de seguir de avião. Inutilizaram as fitas do aparelho telegráfico, e Guiomar de Souza recolheu o trem ao depósito e apagou a fornalha. Em uma noite de fome e desespero, com a Bandeira Nacional emprestada pelo vigário, e com a senha "Joana vai casar", um grupo de mulheres tomou o trem, como se fosse a uma romaria e obrigou o maquinista, que se chamava Orozimbo, a não avançar: as mulheres subiram à máquina, soltaram a pressão da caldeira, desceram e se deitaram nos trilhos. Algumas desmaiaram de fome. Estavam desativadas as máquinas, o telégrafo e as forças de repressão, pelas mulheres dos ferroviários da cidade de Cruzeiro, em Minas Gerais, naquele fim do ano de 1949 e começo do ano de 1950. Em Itajubá, obtiveram a solidariedade dos soldados e de alguns oficiais. Os estudantes saíram pelas ruas angariando fundos. Em Barra Mansa, no começo, só haviam 8 mulheres no Movimento e já eram 50 as que prenderam o maquinista e o fiscal. (30)

A Federação de Mulheres de São Paulo e a Associação Feminina do Distrito Federal encabeçaram, àquela ocasião, um Movimento de solidariedade às mulheres da Sorocabana e da Santos-Jundiaí (São Paulo).

(30) As informações, logo depois da greve, as mais ricas e as mais comoventes, foram dadas em um livro da escritora Alina Paim, "A hora próxima", e em uma série de reportagens do jornalista Maurício Vinhas, publicadas no jornal "Imprensa Popular", nas edições correspondentes às datas daquela greve, e depois reunidas em um livro. Esses dois livros, lamentavelmente, não são mais encontrados nas livrarias. Outras informações constam do jornal "O Momento" nas edições correspondentes às mesmas datas.

## EM FAVOR DE UM ABONO

O ano de 1950 foi marcado com o sangue da operária têxtil, de quem falaremos mais adiante, Angelina Gonçalves, assassinada na cidade do Rio Grande do Sul, em uma passeata de trabalhadores, no dia 1.º de maio.

O ano de 1950 foi, também, um ano de intensa campanha pela conquista de um "Abono de Natal", que se transformaria, mais tarde, no 13.º salário. E dessa campanha participaram as mulheres das famílias dos trabalhadores da Rede Mineira de Viação, da Central do Brasil, dos marítimos do Lloyd Brasileiro e dos transviários de Porto Alegre, R. G. do Sul, angariando assinaturas, de porta em porta, em petição a favor do abono. No dia 14 de janeiro de 1951, a polícia de São Paulo atacou violentamente as operárias do Lanifício Linhares, em greve, desde 30.12.1950, pelo "Abono de Natal", e muitas ficaram feridas. (31)

## GREVES, CONFERÊNCIAS, PARTICIPAÇÃO NOS SINDICATOS, DEPARTAMENTOS FEMININOS

Com uma grande maioria de mulheres, os trabalhadores da fábrica têxtil Tatuapé, São Paulo, pararam os teares no dia 27 de julho de 1951, por aumento de salários. (32) As operárias da fábrica Votorantim, São Paulo, da seção de Roca, também paralisaram o trabalho, na mesma data, em sinal de protesto contra a arbitrária suspensão de uma colega e a medida foi cancelada (33).

A I Assembléia Nacional de Mulheres, promovida pela FMB, em novembro de 1952, e à qual já nos reportamos, incluiu em suas resoluções, no capítulo também já citado, reivindicações específicas da mulher trabalhadora, entre outros direitos exigidos por aquela Assembléia: — respeito ao dispositivo legal de salário igual para trabalho igual; aposentadoria aos 25 anos de trabalho e creches.

Em São Paulo, começou, no ano de 1955, um trabalho conjunto entre a Federação de Mulheres de São Paulo, o Sindicato dos Têxteis e grupos de operárias têxteis para a preparação de uma Assembléia com a finalidade de debater os

problemas das trabalhadoras. Este trabalho fazia parte das atividades para a Conferência Nacional de Trabalhadoras que se realizaria, no ano seguinte, no Rio de Janeiro.

Também, no Rio de Janeiro, se reuniu, no dia 28.05.1955, a I Conferência de mulheres têxteis. Naquela ocasião, quando saudamos as delegadas, em nome da Associação Feminina do Distrito Federal, tivemos a alegria de reencontrar muitas trabalhadoras que havíamos conhecido no Sindicato dos Têxteis, quando de palestras realizadas nesse Sindicato. Durante a Conferência, foi constituída uma Comissão de trabalhadoras da fábrica Esperança, da Tecelegem Carioca, do Cotonifício Rio Branco e da fábrica Borborema, que se encarregou da organização de um Departamento Feminino no Sindicato dos Têxteis. O Departamento foi instalado no mês seguinte.

Na Bahia, realizou-se uma Conferência baiana de mulheres trabalhadoras, que foi instalada no dia 1.º de maio de 1956, em Salvador, e que discutiu diversos problemas: "sindicalização das trabalhadoras; criação de Departamentos Femininos nos Sindicatos; "salário igual para trabalho igual"; condições de trabalho; casamento e gravidez como impedimentos ao direito de trabalho para a mulher e condições das trabalhadoras nos trapiches de fumo, nos armazens de café e no beneficiamento do sisal". Essa Conferência foi mais uma contribuição para o êxito da I Conferência Nacional de Trabalhadoras. (34)

À I Conferência Nacional de Trabalhadoras, cuja sessão inaugural foi na Câmara do Distrito Federal (Rio de Janeiro), compareceram 231 delegadas de todo o país. Os trabalhos das comissões e as sessões plenárias tiveram lugar na sede do Sindicato dos têxteis, quando foram discutidos dois temas: "Direitos e reivindicações das trabalhadoras das cidades e do campo e Participação efetiva das trabalhadoras na vida e nas atividades de suas respectivas organizações". Foram temas, também, discutidos e aprovados no curso da preparação da Conferência, como foi o caso em Pernambuco e em São Paulo, em suas Conferências Estaduais. Passadas 3 décadas, os temas e as resoluções da I Conferência Nacional das Mulheres Trabalhadoras correspondem à situação presente, como se o tempo não tivesse passado — o tempo de por fim às discriminações contra a mulher, especialmente a mulher trabalha-

dora, não somente no texto das leis, mas na prática de seu cotidiano.(35)

## PARTICIPAÇÃO NOS SINDICATOS

Em novembro de 1953, a Revista "Momento Feminino", publicou uma pequena reportagem sobre um Sindicato de mulheres, dirigido por Maria Zeneide Reis (a Presidente): "Belém do Pará não tem indústria. Somente beneficiamento de castanha. Grande parte da população trabalha nas fábricas de beneficiamento. São seis e todas pertencem ao Sr. Chamier.

"Maria Zenaide é ainda jovem, mas todas as trabalhadoras a conhecem. Foi eleita Presidente do Sindicato de Beneficiamento de Sementes Oleoginosas e conseguiu arrastar grande parte de suas companheiras de trabalho. E os homens ficam olhando.

As condições de trabalho nas fábricas são as piores possíveis. Entram às 6 e saem às 17,30. Não têm hora para almoço. Comem mesmo na calçada o que trazem de casa.

— Peixe frito com farinha e outras vezes nada, diz Zenaide. A falta de higiene é um caso sério. Uma senhora prepara "tacacá" (é uma comida típica) no banheiro, com dois pés de sujeira no chão. E as moças vão lá comer!... — Acho que o mais sério para nós é a questão da lei trabalhista. Aqui ninguém a respeita. Imagina só. Somos admitidas em março e despedidas em novembro. Significa que jamais temos estabilidade, nem gozamos férias.

— Zenaide, quais as campanhas que o Sindicato já fez?

— Várias. Mas a mais importante foi quando Chamier despediu 280 operárias, alegando que ia fechar a fábrica, porque era melhor vender a castanha com casca e tudo para o americano. Nós protestamos. Fizemos uma passeata. Fomos ao Palácio do Governo, e no fim de 18 dias ele foi obrigado a nos readmitir. Exigimos o pagamento dos dias que ficamos paradas. Ele acabou pagando só nove dias, mas pagou!

— E agora? Vocês têm novos planos?

— Temos muitos. Como vamos ficar paradas, quando as condições de trabalho são tão duras? Estamos agora chaman-

do todos para o Sindicato, vamos exigir aumento para todos. Também vamos lutar para que as fábricas não fechem.

— E os homens?

— Eles virão também. Nossa campanha não é feminista..."(36)

Data do ano de 1955 — e falamos da nossa experiência pessoal — a melhor compreensão da necessidade de organização das mulheres trabalhadoras em Departamentos Femininos, por parte dos Sindicatos. E o movimento feminino jogou um papel positivo, quando se empenhava — e, realmente, empenhou-se — junto a essas diretorias discutindo a especificidade das reivindicações das mulheres, na dupla qualidade de mulher e trabalhadora. Nesse sentido, várias palestras de representantes de organizações de mulheres nos Sindicatos foram realizadas. Naquele ano de 1955, Creuza Moura, a Tesoureira do Sindicato dos Têxteis do Rio de Janeiro, foi incansável na organização de palestras sobre os direitos das trabalhadoras. Essas palestras e debates foram repetidos nos Sindicatos dos Moinhos, dos Sapateiros, dos Gráficos, dos Alfaiates e Costureiras, etc. E, em 1963, um Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras, em São Paulo, era promovido pelo IV Encontro Sindical e com o apoio do Pacto de Unidade Inter-Sindical e contou com a presença de 415 delegadas, vindas do Estado da Guanabara, R. G. do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Estado do Rio de Janeiro e do Ceará, além das do Estado sede.

## TRABALHADORAS RURAIS — UM ENCONTRO EM BELO HORIZONTE

Embora em todas as oportunidades, em todos os documentos constassem referências às condições e às reivindicações das mulheres camponesas, foi, naqueles anos, a II Conferência Camponesa do Triângulo Mineiro, realizada em Uberlândia, em outubro de 1954, que se reportando "à mulher do campo oprimida terrivelmente e que não desfruta de nenhum direito", aprovou um "Programa de reivindicações das mulheres lavradoras e trabalhadoras agrícolas": "Direito de organização em Sindicatos e Associações; inclusão da mulher que vive de salários nos contratos das fazendas e usinas; forneci-

mento pelos padrões das carteiras de trabalho e anotação nas mesmas dos salários, férias, tempo de serviço, etc., a fim de gozar da proteção da Legislação social; assistência à maternidade e à infância, gratuita, com assinatura de contratos entre os fazendeiros e usineiros com os hospitais e as maternidades existentes nos municípios, para atender rapidamente a todos os casos de necessidade das famílias dos lavradores e dos trabalhadores agrícolas; construção pelo Estado e pelo município de postos de puericultura, onde sejam atendidas rápida e eficientemente a todas as crianças dos lavradores e dos trabalhadores agrícolas; construção pelos fazendeiros e usineiros de poços próximos às casas de morada para facilitar o trabalho das mulheres e evitar a utilização das águas dos córregos sujeitas à contaminação; concessão de licença de 3 meses com salários integrais às mulheres que vivem de salários e ordenados, por ocasião do parto, conforme manda a lei".(37)

A Liga Feminina do Estado da Guanabara, trouxe da Paraíba, da cidade de Sapé, Elizabeth Teixeira, logo depois do assassinato de seu marido Pedro Teixeira (1962), para que ela denunciasse, no Rio de Janeiro, até que ponto havia chegado a sanha dos "senhores da gleba", contra os que lutavam — e continuam lutando — por uma reforma agrária. Os atos de denúncias e de solidariedade à Elizabeth Teixeira, que se multiplicaram na cidade do Rio de Janeiro, estão registrados nos arquivos do Sindicato dos Bancários que apoiou essas manifestações, com grande repercussão na opinião pública nacional. Ontem Pedro Teixeira e tantos outros, em 1984 Margarida Maria Alves, em Alagoa Grande, no mesmo Estado da Paraíba, assassinada pelos mesmos "senhores da gleba".

Em 1963, em um Congresso de Camponeses realizado em Belo Horizonte, Minas Gerais, nos encontraríamos com mulheres que vinham das fazendas de cacau, das plantações de café, da colheita de cítricos, dos algodoads, com seus rostos marcados de rugas precoces que mais pareciam cortes, rugas que não correspondiam às datas de nascimento inscritas nas fichas e credenciais dos delegados àquele Congresso. E suas mãos eram tão ásperas que mal podiam apertar as nossas. Mas suas bocas se abriam para contar as histórias de sofrimento e de opressão, as histórias de esperanças e de lutas e para cantar

o Hino da autoria de Raphael Carvalho:  
"A luta é necessária e  
nós vamos lutar pela reforma  
agrária para nos libertar"...

(31) "O Momento", edição de 02.01.1951.

(32) *IDEM*, edição de 29.01.1951.

(33) *IDEM*, *Idem*.

(34) *IDEM*, edição de 03.05.1956

(35) "Momento Feminino", edição nº 115/1956.

(36) *IDEM*, edição nº 102/1953.

(37) "O Momento", edição de 17.11.1954

## CAPÍTULO VI PAZ E EMANCIPAÇÃO NACIONAL

### "OS SOLDADOS NOSSOS FILHOS NÃO IRÃO PARA A CORÉIA"

Não podemos compreender como e porque será ou seria possível existir e viver sem a paz, que consideramos uma componente elementar do direito à vida. Do direito até de sobreviver.

Foi conhecendo o drama do Vietnam que nos convencemos, ainda mais, da importância do compromisso com a luta pela paz. O Vietnam desfolhado. O Vietnam de crianças mortas, queimadas, marcadas de "napalm". O Vietnam de mulheres com seus amores perdidos: sem notícias, sem endereços (mortos ou ainda vivos?), sem certeza de reencontro. Mulheres que defendiam suas aldeias, seus redutos, que ensinavam aos filhos as lições da guerra: abrigar-se nos subterrâneos de uma terra bombardeada, sem piedade, pelos invasores norte-americanos.

Foi no encontro com mulheres e crianças palestinas, sofrendo e morrendo nas barracas de lona dos campos de refugiados no Edito, na Síria, na Jordânia, que, também, nos convencemos da justa luta das mulheres brasileiras, em favor da paz, nos primeiros anos da década de 1950. Por que mandar soldados brasileiros para serem mortos e para matarem, em uma fronteira que dividiu a Coréia, o país "das manhãs tranquilas"? Aqui mesmo, em nosso país, estava a presença do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, instrumento de subordinação da nossa soberania nacional, a ameaça de transformar Fernando de Noronha em base militar para a agressão internacional dos norte-americanos.

Como conquistar os direitos específicos da mulher ou falar da liberação do corpo, sob ocupação, sob bombas, sem flores, sem sementes e sem frutos, sem casas, sem parceiros para o prazer sexual; corpos feridos de ausência, feridos de

gazes letais, de mãos decepadas, de órgãos calcinados incapazes de responder ao amor e à procriação?

Seria impossível escrever, em algumas linhas, o que foi a saga das mulheres brasileiras, que caminharam por todos os bairros das cidades grandes e pequenas, pelos sertões e pelas serras por vales e montes, que foram às portas das fábricas e das escolas, colhendo assinaturas em favor da paz. De algumas falaremos a seguir. De outras, de todas, falaremos mesmo que seja indiretamente, quando falarmos das campanhas, das manifestações, de fatos diversos. Alguns nomes ainda respondem ao apelo das nossas lembranças. Um deles é de Maria Segovia, do Sindicato de Alfaiates e Costureiras e que encontrei, passados mais de 30 anos, no R. G. do Sul, em uma reunião de mulheres.

Elisa Branco, entrou na história da luta pela paz, quando abriu uma Faixa com os dizeres: "Os soldados nossos filhos não irão para a Coréia", diante dos Chefes militares que assistiam uma parada comemorativa do dia 07 de setembro, no ano de 1950, na cidade de São Paulo. Um grupo de mulheres a acompanhou naquela ocasião, mas coincidiu que Elisa foi presa com a faixa nas mãos. Elisa Branco, condenada a 4 anos e meio de prisão, foi arrancada de uma das prisões de São Paulo, pela força da solidariedade.

As palavras de ordem da faixa, no entanto, não foram presas e nem condenadas. Elas se multiplicaram e foram repetidas nos muros, nos cartazes, nas publicações, nos comícios, de boca em boca... Uma carta de Elisa Branco, enviada da prisão em janeiro de 1951, acompanhava essas palavras de ordem das mulheres partidárias" da paz: "Aqui, em minha cela, nesta casa de castigo, onde a sociedade atual esconde os produtos de sua decadência e de sua culpa, entre mulheres que poderiam ter sido úteis à nossa Pátria, se não fosse a miséria que as arrastou para o crime, tenho meu pensamento sempre voltado para as milhares de mães, como eu"...

Em 1951, o I Congresso Nacional da Federação de Mulheres do Brasil, em São Paulo, SP, aprovou a seguinte resolução: "Intensificar a luta pela paz das mulheres brasileiras, através de uma campanha ampla de esclarecimentos sobre o perigo de guerra; objetivar essa luta na campanha de assinaturas, por um pacto de paz, visando atingir a cota de 750.000 assinaturas que cabe à FMB; exigir a cessação das hostilidades da

guerra da Coreia, mediante a assinatura de um armistício que ponha fim às atrocidades cometidas na Coreia contra as mulheres e crianças indefesas; intensificar a luta contra o envio de tropas brasileiras para participar de qualquer guerra em qualquer parte do mundo. Para isso organizar comissões de mães de soldados convocados, comitês de mães de ex-pracinhas e de viúvas de guerra. Realizar manifestações que expressem esse repúdio das mulheres brasileiras à participação de nosso povo numa guerra injusta, como concentrações nas Câmaras Legislativas e Palácios de Governo, memoriais e abaixo-assinados".(38)

A Associação Feminina do Distrito Federal enviou ao III Congresso Brasileiro dos Partidários da Paz, realizado em outubro de 1951, uma mensagem resgatando a sua finalidade de organização que luta pelos direitos da mulher e em defesa da infância" e assumindo o compromisso de intensificar a campanha de coleta de assinaturas por um pacto de paz, entre as 5 grandes potências; criar um Conselho Feminino pela paz; fazer um plebiscito sobre a opinião favorável ou não à guerra."

Em Salvador, a II Convenção Estadual Feminina, realizada nos dias 24 e 25 de setembro de 1952, comprometeu-se a recolher 10.000 assinaturas, em apoio ao apelo por um pacto de paz". Dessa Convenção, participou a Associação Feminina da Bahia Pró-Paz. Ligada a esse compromisso foi aprovada uma resolução protestando contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos.(39).

Um dos temas da Assembléia Nacional de Mulheres, realizada no Rio de Janeiro, de 14 a 18 de novembro de 1952 é a "Defesa da Paz". Condena-se a ameaça que pairava sobre a nossa juventude de ser enviada a morrer na guerra da Coreia e manifesta-se contra a assinatura do Acordo Militar Brasil e Estados Unidos, que estava, então, em andamento na Câmara Federal.

Em 1953, em São Paulo, no dia 30 de outubro, em uma reunião de confraternização da Federação de Mulheres do Estado de São Paulo, então presidida pela Sra. Eunice Catunda e com a presença da Sra. Jovina Pessoa, personalidade de destaque na luta em favor da paz, ao lado de seu esposo, Dr. Samuel Pessoa, da Cruzada Brasileira contra as Armas Atômicas, é aberta a 1.<sup>a</sup> urna do plebiscito pela Paz, realizado na-

quele Estado.

Essas campanhas em favor da Paz e contra as Armas Atômicas ganharam, em março de 1955, o apoio de dezenas de personalidades femininas, em um abaixo-assinado, no qual era exigida a destruição das Armas Atômicas, entre as quais Cacilda Becker, Maria Della Costa, Alda Garrido, Vanja Orico, Djanira Montaxe Silva, Maria de Lourdes Teixeira, Maria da Graça Dutra, Fernanda Montenegro, Antonieta Dias de Moraes, Yvone Amorim e Helena Sangirardi.(40)

A convocação de um Congresso Mundial de Mães, para o mês de julho de 1955, pela Federação Democrática Internacional de Mulheres e patrocinado, no Brasil, pela Federação de Mulheres do Brasil, tem uma repercussão em âmbito nacional, através do apelo que é assinado por mulheres das mais diferentes profissões, das mais diferentes opiniões e tendências políticas: Branca Fialho, educadora; Adalgisa Neri, escritora e jornalista; Nice da Silveira, psiquiatra; Heloisa Maranhão, professora de Arte Dramática; Carminda Alves Pereira, jornalista e advogada; Vera Siqueira de Melo, poetisa; Viúva General Pizarro Jacobina; Clauce Rocha, artista; Paulina d' Ambrósio; Charis Brant, escultora; Tereza Damico, escultora; Maria Della Costa, artista; Gracita de Miranda, jornalista; Ofélia Moreira, parteira; Antonieta Dias de Moraes, poetisa; Helena Louzada Coutinho, Presidente da Federação de Mulheres de São Paulo; Déa Novais, advogada; Sofia Tassinari, decoradora; Nádia Glover, bancária; Maria Aparecida Aacchi, médica; Raquel da Silva Gertel, jornalista.(41)

Nos dias 29 e 30 de junho e 1.<sup>o</sup> de julho de 1955, mulheres de todo o país se reuniam no Rio de Janeiro, em uma Assembléia Nacional de Mães, elegendo-se a delegação que participa do Congresso Mundial de Mães, realizado em Lausanne, Suíça, no dia 07 a 11 de julho no mesmo ano, com a presença de delegadas de 66 países.

Em setembro de 1957, uma nova Mensagem da Mulher Brasileira contra as experiências atômicas, dirigida à ONU, é assinada por Henriette Morineau, Cacilda Becker, Dulcina de Moraes, Tônia Carrero, Maria Clara Machado, Teresa Austra-gésilo, Célia Biar, Yvonne Jean, Eneida Moraes, Sílvia Chal-reo, entre outras.

Causava a maior inquietude, àquela época, a notícia divulgada pela imprensa norte-americana e denunciada pelo Movi-



mento Brasileiro dos Partidários da Paz, sobre a nova ofensiva dos Estados Unidos para estabelecer uma outra zona de provas de bombas de hidrogênio, em local situado no Polo Sul, na Antártida, nas proximidades da Nova Zelândia e da América do Sul. Se a ameaça americana se concretizasse estaríamos perto da situação calamitosa do Japão, de onde as mulheres daquele país enviavam denúncias sobre as desgraças causadas por aquela arma de extermínio.

Os caminhos eram e estavam abertos para a luta pela paz e as mulheres ligavam essa luta às suas necessidades de cada dia de todos os dias, quando, por exemplo, a delegada de Pernambuco, Belarmina dos Santos dizia, na I Assembléia Nacional de Mulheres, no Rio de Janeiro, em 1952: ...“a merenda escolar está suspensa, não há creches, mas o governo gasta somas incalculáveis na construção de bases navais”.

## DIREITO DE PARTICIPAR

Muitas críticas correm e ocorrem a respeito da participação das mulheres e de suas organizações, no período que vai de 1945 a 1963, nas lutas pela emancipação nacional. Consideramos que essa participação é parte integrante do encontro de mulheres com as lutas políticas que marcaram o período do pós-1945.

Por que excluir as mulheres das lutas e, portanto, por que excluí-las das lutas pela independência nacional? Por que cassar-lhes os direitos de cidadãos? Ainda mais se compararmos as atividades pelos direitos específicos da mulher, cronologicamente, as atividades das quais participaram pela emancipação nacional não impediram, pelo contrário, ajudaram na mobilização de vários setores femininos, que vinham às organizações e se engajavam nos movimentos a favor de seus direitos, através daquela participação.

Em 1953, uma conclamação era feita às mulheres para que participassem da “Convenção pela Emancipação Nacional”: “Uma decisão comum tomaram as cariocas e as mulheres de todo o país: por todos os meios, todas as forças vivas e atuantes do Brasil devem reunir-se para encontrar uma fórmula conjunta de luta contra a crise sem precedentes que o país atravessa, em todos os terrenos. O povo não pode mais assistir

de braços cruzados ao seu próprio aniquilamento e não pode permitir que o Brasil seja saqueado, roubado e desgovernado como vem sendo até agora. Por isso concordaram em participar de um grande movimento de salvação nacional que se articula em todo o país — a Convocação pela Emancipação Nacional.” (42) As mulheres atenderam ao convite. Participaram.

Nas atividades dos movimentos pela emancipação nacional, as mulheres estarão presentes, porque se a palavra de ordem “O petróleo é nosso” mobiliza a opinião pública de todo o país, as mulheres não poderiam excluir-se e nem aceitar sua exclusão. Seria mais uma discriminação contra a mulher. Por isso, as mulheres, durante esse período de tempo, estiveram presentes e ativas em defesa das riquezas nacionais, da autodeterminação dos povos pelo progresso social, pelas reformas das bases de uma sociedade que discrimina a mulher na sua qualidade de mãe, trabalhadora e cidadã. As lutas das mulheres pelos seus direitos e pela sua cidadania sempre são lutas democráticas. Naquele momento esse caráter democrático se une com o nacional, pois na realização de ambos abre-se o caminho para o progresso político, econômico e social.

E a expressão mais próxima dessa perspectiva e de suas atividades, é a fundação no dia 03 de junho de 1963, do “Movimento Nacionalista Feminino”, na cidade de Brasília, com a proposta de: “Organizar politicamente a mulher brasileira, dar-lhe consciência de sua força, sem indagar de suas preferências políticas, da religião que professa ou da cor que traz na pele — Lutar pelas reformas de base que abram novas e amplas perspectivas ao povo brasileiro — Defender com o mais alto sentido patriótico nacionalista a emancipação econômica de nosso Brasil — Lutar pela defesa da paz mundial (43) “O vasto auditório da Escola Parque esteve repleto de verdadeira multidão que aplaudiu entusiasticamente as oradoras que se sucederam na tribuna, dentre as quais Gilka Santana, esposa do deputado Fernando Santana, que falou em nome da direção do Movimento; Alda Pereira, esposa do deputado Temporani Pereira, que falou em nome das mulheres dos parlamentares; Neusa Goulart Brizola, representando as mulheres do R. G. do Sul; Cira Breno da Silveira, representante das mulheres da Guanabara; Sra. Lamartine Távora, em

nome das mulheres de Pernambuco; escritora Helena da Silveira, pelas mulheres de São Paulo; Luci Alves, pelas Sras. católicas do R. G. do Sul; Hedi Tereza Rocha, pelas esposas dos sub-oficiais e sargentos das Forças Armadas; Elza Soares Ribeiro, pela Federação dos Sindicatos dos Jornalistas; Roberta Braga, pelas universitárias de Brasília; uma representante do CGT; deputada Ivete Vargas; Cecília Rabbatini de Almeida, pelas donas de casa de Brasília; representante de Goiás e das cidades satélites da Novacap." (44)

Como se pode perceber era uma representação bastante variada, abrangendo as forças mais amplas da sociedade, que lutavam por conquistas democráticas e nacionais. Só ingênuos ou ideólogos das forças mais retrógradas da política deste país podem pretender desqualificar essas lutas. Lutas do povo brasileiro. Lutas das mulheres deste país.

(38) "O Momento", edição de 10.08.1951.

(39) IDEM, edição de 26.09.1952.

(40) "Momento Feminino", edição nº 110/1955.

(41) IDEM, Idem.

(42) Idem, edição nº 102/1953.

(43) "O Semanário", edição nº 337, de 13 a 19.06.1963.

(44) IDEM, Idem.

## CAPÍTULO VII "MOMENTO FEMININO" – PORTA-VOZ DAS LUTAS DAS MULHERES

### UM JORNAL PARA AS MULHERES, FEITO POR MULHERES

Procuramos cuidadosamente em várias publicações sobre a imprensa brasileira e não encontramos nenhuma referência ao jornal "Momento Feminino". "Momento Feminino" nasceu do dia 24 de junho de 1947, tendo publicado artigos, reportagens, crônicas, poesias sobre a vida e as lutas das mulheres.

Foi um jornal muito útil no decurso de seus dez anos de vida, coordenando o trabalho de todas as organizações femininas então existentes, difundindo as experiências e os seus programas, contribuindo para a conscientização das mulheres. Era vendido nos seguintes Estados e Municípios: Bahia, Ceará, Distrito Federal (Rio), Anápolis (Goiás), todas as cidades do Triângulo Mineiro, Belo Horizonte (Minas Gerais), Pernambuco, Paraná, Estado do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo — Capital e em Santo Amaro, Santo André, Santos, Tauaté, Sergipe, Goiânia (Goiás), São Luiz (Maranhão), Santa Catarina, Paraíba, Mato Grosso, Belém (Pará). Em suas páginas encontramos a maioria das resenhas das organizações femininas: congressos, conferências, assembléias, programas.

Em um dia de muita neve e de muito frio, fomos buscar os seus exemplares em casa de uma amiga brasileira, em uma cidade chamada Anemasse, na fronteira da França com a Suíça. Muito obrigada, Ethel de Souza!

"Momento Feminino" foi fundado por um grupo de mulheres cujos nomes devem ser conhecidos pelos serviços que prestaram, guardando nas páginas de um jornal para as mulheres, feito por mulheres, a memória de uma década de lutas:

Eneida Moraes, jornalista e escritora; Sílvia Chalreo, pintora, Arcelina Mochele, advogada e líder feminina, eleita vereadora no Rio de Janeiro, em 1946; Heloisa Ramos e Luisa Lebon Regis.

Quem lê o seu número 102, de outubro e novembro de 1953, sabe o que se passou lá no interior de Alagoas, em São José de Lages, contado por Maria Leocádia de Freitas; ou nos morros da cidade de Vitória; ou na cidade de Nova Hamburgo, em Santa Catarina, onde existiam cerca de 300 fábricas de calçados, onde trabalhava uma maioria de mulheres e não existia uma única creche; ou que fora fundada a Associação Feminina de Juiz de Fora (Minas Gerais), e outras Associações em Ribeirão Preto e Franca, em São Paulo.

Uma reportagem de Ethel de Souza, publicada na edição n.º 107, de 1954, conta a vida (vida?) e a morte das mulheres e das crianças das favelas do Rio de Janeiro. Nair Batista assina uma reportagem no n.º 109, de 1955, sobre "a miséria que nem o rio-mar, o Amazonas, consegue carregar para a sua foz". "Assim vivem nossas irmãs no Campo" (n.º 109/1955) pode servir de fonte de informação para uma tese sobre o latifúndio. Niterói (Estado do Rio de Janeiro) também tem morro e Alice subiu os morros que as mulheres subiam, todos os dias, com latas d'água na cabeça (n.º 110/1955).

Pode-se ler a denúncia de que na Usina Leão, em Alagoas, as mulheres ganhavam menos da metade do salário dos homens (n.º 110/1955). E Ethel de Souza, na mesma edição, denunciava a inexistência do ensino primário gratuito e obrigatório, como rezava a Constituição. Outras denúncias no n.º 111/1955, sobre "o regime de trabalho primitivo e desumano" que pesava sobre as têxteis de Santo André (São Paulo) e sobre a exploração brutal das camponesas em Goiás, onde até o corpo das mulheres era propriedade do latifundiário.

A reportagem publicada no n.º 112/1955 vem de Raposos (M. Gerais), "cidade da silicose e da viuvez", onde mandava a companhia inglesa "Saint John del Rey Mining Company". Uma extensa lista de organizações femininas e suas atividades consta do n.º 112/1955, e as lavadeiras de Olinda aparecem na edição seguinte falando dos sofrimentos que mancham suas vidas, manchas que nem o sabão e nem a água conseguem lavar.

"Momento Feminino", durante 10 anos divulgou e homenageou o dia 8 de março, "Dia Internacional da Mulher", publicando as notícias das comemorações, no presente e no passado.

Escolhemos entre as muitas opiniões sobre "Momento Feminino", para reivindicar sua inclusão como um dos mais importantes arquivos da memória das lutas das mulheres, a opinião do jornalista, teatrólogo e escritor Raimundo Magalhães Júnior, então vereador do Distrito Federal (R/J), quando aquele jornal completou 8 anos de existência: "Não sou leitor habitual das revistas femininas, mesmo porque se destinam ao seu público habitual. No entanto, conheço "Momento Feminino". Dirigido por mulheres e para mulheres é uma revista que não pode deixar de atender aos imperativos de ordem social, que são um apanágio das personalidades representativas do mundo feminino".

Como o leitor pode perceber as mulheres souberam também criar seu órgão unitário de informação, de conscientização e mobilização.

**CAPÍTULO VIII**  
**POESIAS QUE AS MULHERES ESCREVERAM**

**POESIAS QUE CONTAM E CANTAM, "SEM  
PERDER A ESPERANÇA"**

Muitas mulheres escreveram versos que testemunham as histórias de suas presenças e da participação que tiveram nas lutas populares.

"Zumbi dos Palmares  
Tiradentes  
As primeiras greves  
Os dezoito do forte  
Muitos rios correram antes  
Tu, maior que todos"  
..."Vinte e três anos:  
Águas fermentam a terra"  
"Praça da Sé, Patriarca  
São Jerônimo das Minas,  
Ferrovias de Bauru  
Fernandópolis, Tupã, canaviais,  
Santo Amaro  
Metalúrgicos do Rio Morro  
Velho dos mineiros tecelões  
de Sorocaba"  
..."Largo da Carioca  
pela estiva  
de Santos vem caindo  
florescendo o sangue vem,  
bradando por minas e  
ferrovias, por asfaltos e  
muros,  
Cárceres e casas, campos,  
fábricas e metalúrgicas  
bradando.

Vem pelos canaviais"  
(Dos "Poemas Políticos de Jacinta Passos — Rio de Janeiro, 1951 — Livraria Editora "Casa do Estudante")

Em 1950, as mãos se erguiam para alcançar "A estrela da Paz", de Ignez Soares de Carvalho:

"As mãos que apontam caminhos  
São mãos que rompem cadeias".

E Antonieta Dias de Moraes, na cidade de São Paulo, protestava contra a bomba atômica, porque:

"Maior, porém, era a dor  
antecipada  
da inutilidade das  
espigas maduras".

No ano seguinte, Lila Ripoll, no Rio G. do Sul, cantava em "Ciranda":

"Uma cantiga de roda  
sobe até minha janela  
como um perfume de infância"  
e sobre a força de 3 letras "PAZ" escrevia seu poema:

"Um nome tão simples  
A força que tem"...

No mesmo ano, era Margarida Lucena, no seu "Combate", do "presente e do amanhã", pela paz:

"Teu jovem corpo vestido de esperança  
Receba a luz que raia do Oriente  
Varre do campo a sombra do  
opressor  
Guarda no peito a pomba branca  
— Paz"

..."Colhe o pomo que sorri em  
branca rosa  
E cai medura em tuas mãos  
tranqüilas  
Nos caminhos da paz e da  
vitória"...

E novamente uma poetisa gaúcha, Beatriz Bandeira, reúne em um poema "Criança" e paz, em 1954:

"Com mãos pequeninas acenas, brincando;  
um dia, entretanto, já homem, farás  
um mundo em que todos irmãos, trabalhando,  
então seus hinos de amor e de Paz".

Maria Júlia Coutinho, homenageia as heróicas mulheres de Minas Gerais, inspirada pela leitura do livro de Alina Paim, "Hora Próxima", com um poema "Era a Greve" (1955):

Quem será esta mulher  
que assim tão de repente  
surgiu ali na frente  
e fez o monstro parar?  
Traz nas mãos a banceira  
nos olhos a decisão,  
no corpo o vestido roto,  
esperança no coração".  
..."É minha irmã de Cruzeiro  
que esperou o ano inteiro  
se repetir o milagre  
e o pão se multiplicar".  
..."Era a greve.

Greve na Rede Mineira"  
..."E as mulheres se repetiam.

Hoje, em Soledade,  
amanhã, em Itajubá,  
depois em Três corações  
(quem pode acreditar? )  
Divinópolis, Barra Mansa,  
rajada de vento, levando canções".

A paz foi, ainda, "A Eterna Mensageira" (a pomba da paz) do poema de Haidée Nicolussi, do seu livro de poesia "A Fonte Viva" (1956):

"Desde a morte do caos povoas nossos sonhos  
com teu ramo de autoras e teu apego ao ninho.  
Foi um cedro do Líbano o teu primeiro lar.  
Hoje a tua tribuna são as praças e as ruínas."  
..."Mas os perros pressentem que és a estrela  
do mundo e a aurora que renasce  
entre os dedos da infância".

Em 1956, Maria Dinorah Luz do Prado, também expressava o seu querer em "Quero a poesia da Paz":

"Eu não quero uma poesia  
estéril, seca e vazia  
Quero a poesia da vida  
Quero a poesia da Paz".

A direção do "Movimento Nacionalista Feminino do Rio G. do Sul" distribuiu, em 1963, um poema de Lara de Lemos, que dava uma "Resposta para José":

"E tudo acabou  
e tudo fugiu  
e tudo mofou  
e agora José?" — C.D. Andrade

..."És mais que José.  
..."És mão que semeias,  
que corta, que colhe;  
és mão que trabalha  
que pega em fuzil;  
és dor que ansf rma  
a terra em v nhedo,  
a cana em açúcar  
a pedra em jardim  
Desperta, José!"

Chega 1964 e Beatriz Bandeira faz a sua "Profissão de Fé", asilada na Embaixada da Iugoslávia:

"Houve o charco,  
houve o medo,  
houve a tortura,  
a náusea, o nojo,  
a dor, a fúria da revolta,  
impotente.

Houve as que abriram  
civas sem lousas, sem jasmims,  
sem despedidas,  
pois não havia um nome,  
onde pousar a flor de uma saudade"

"Mas aos que desesperam,  
aos que não acreditam  
— homens de pouca fé —  
eu (de uma luta que já vem de longe)  
sem perder a esperança,  
digo:

que sobre a lousa e o charco,  
a indecisão e o medo,  
o êxtase e a náusea, um dia,  
um sol definitivo e inapelável  
brilhará"...

## CAPÍTULO IX NOMES, PRESENÇA E PARTICIPAÇÃO

### SUAS VIDAS, SUAS LUTAS

Apresentando testemunhos e testemunhas das vidas e das lutas de algumas mulheres naqueles anos, o nosso desejo é que as gerações atuais e as futuras estimem a importância do papel que elas desempenharam — presença e participação — nas lutas populares, ao longo da história dessas lutas. Se algumas dessas lutas, como a luta contra a carestia, não tiveram o lugar de relevo, é que foram feitas principalmente em conjunto com outras organizações, por isso aparecerão em um trabalho que pretendemos fazer sobre as lutas urbanas das mulheres. O mesmo acontece com referência às campanhas em defesa do petróleo e de outras riquezas minerais, que foram realizadas com organizações que tiveram esse objetivo. Lamentamos, também, que muitos nomes de mulheres não constem da pequena galeria de “Figuras Femininas”, por falta de fontes de pesquisas, e que merecem ser conhecidas pela valiosa contribuição que deram, a partir de 1945. Dessa galeria, para dar dois exemplos (existem muitos) faltam dois nomes o de Eneida Moraes e o de Adalgisa Cavalcanti. Sobre Adalgisa sabemos que há um depoimento gravado, dado, por ela mesma, à Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, Pernambuco. Sobre Eneida Moraes, algumas notas que havíamos guardado devem estar em algum arquivo de uma comissão de inquérito. Lá não estarão as lembranças da nossa amizade, das nossas conversas, à rua Bolívar (Copacabana), Rio de Janeiro, a luminosidade de seus olhos verdes, o medo que tinha de perdermos, mais uma vez, os nossos livros (perdemos), a cobrança que me fazia, quando lhe pedia que contasse as histórias de sua participação naqueles dias do Estado Novo, da sua prisão, da justa agressividade diante do Tribunal. A cobrança era de um poema: uma história por um poema. E perdemos também os poemas...

### MARIA BRANDÃO DOS REIS

Uma carta para Maria Brandão: “Minha companheira e minha amiga, eu a conheci, Maria, em 1944, quando cheguei à Salvador e não sabia subir ladeiras. Você me ensinou a subi-las.

Eu a conheci, Maria, na sua pensão, na Baixa do Sapateiro, onde recebia a sua hospitalidade, onde bebíam a sopa que você me trazia (sem pimenta, eu pedia), onde descansava a minha cabeça cheia de sonhos, em um travesseiro enfeitado de rendas, onde recebia a força de suas mãos que me conduziam Taboão abaixo, para os comícios com os estivadores.

Eu a conheci, Maria, a sua coragem, a sua confiança, nas passeatas e nos comícios cercados pela polícia, na praça da Sé, na praça Municipal, na praça Castro Alves, na Cidade Salvador.

Eu a conheci, Maria, usando uma linguagem que não era a minha — a linguagem do povo. Eram expressões que não tinham me ensinado nas escolas e nem tinha lido nos livros e com as quais você convencia as pessoas, quando ia, de porta em porta, pedindo assinaturas pela paz.

Foi em sua casa que eu conheci o Bedegueba, o operário marceneiro Manoel Batista, que me explicou, em termos de salário do operário e de lucro do patrão, a teoria da mais valia.

Eu a conheci, Maria, naquela noite de março de 1947, na invasão do Corta Braço (hoje, bairro Pero Vaz), em Salvador, quando lhe perguntei onde iríamos dormir, porque já era muito tarde e você me respondeu: — “Aqui mesmo, com as mulheres. Amanhã vai ter passeata”. E eu lhe perguntei: — Neste escuro? — “E as estrelas? Para que tem estrela?”

Naquela noite, fizemos vigília com as mulheres do Corta-Braço, que estavam ameaçadas de perder suas casas, sob a luz das estrelas. No outro dia foi a passeata da qual participaram centenas e centenas de mulheres...

Eu a reencontrei, Maria Brandão, depois de tantos anos (quantos anos!) em outras terras tão distantes, como distante estava a última vez que a vi, através de um retrato que me mandou a minha filha, a fotógrafa Sônia Carmo. Era o mesmo rosto iluminado pela luz das estrelas, que vi naquela noite de vigília no Corta-Braço, noite do dia 1.º ao amanhecer do

dia 02.03.1947.

Em qual daquelas estrelas você está morando? Não tenho o seu endereço porque não sei se as ruas do céu têm nomes... E como você não mora mais na Baixa dos Sapateiros, resolvi mandar-lhe, mesmo sem endereço, alguns fatos das lutas das mulheres, das quais você participou ativamente, e como uma homenagem por essa participação, eu a coloco entre as figuras que merecem ser conhecidas e homenageadas.

Se você, Maria, se encontrou com Bertolt Brecht em alguma estrela, certamente ele recitou o poema que escreveu em homenagem àqueles que, na realidade, são os que fazem a história.

Muito obrigada, Maria Brandão dos Reis, por ter me ensinado a subir e a descer as ladeiras da cidade de Salvador, uma lição que me ensinou, também, a subir e a descer as ladeiras da vida e que me servirá para subor até a estrela em que você estiver, uma daquelas que brilharam naquela noite de março de 1947. Sua companheira e amiga, Ana Montenegro — 1984”.

## ROSA BITTENCOURT

Conhecemos Rosa falando de sua participação nas greves de 1919 e 1920, no Rio de Janeiro. Levava a filha pequena nos braços, para distribuir panfletos. Participava dos piquetes e pedia aos soldados que não atirassem nos trabalhadores. Falava de greves, mas falava também das rosas vermelhas que já naqueles tempos as trabalhadoras têxteis usavam em suas blusas, no dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher. Tínhamos esperança de que viesse apanhar, naquela noite de 14 de junho de 1957 (seu enterro) as rosas vermelhas que havíamos deixado sobre o seu túmulo. Uma crônica sobre Rosa Bittencourt: “No tempo em que as meninas brincam com bonecas e começaram a soletrar as primeiras letras, Rosa começou a trabalhar. Com sete anos de idade já selava carretéis na Fábrica de linhas do Alto da Serra, em Petrópolis (Estado do Rio de Janeiro). Aos 10 anos passou para a seção de Fiação. Muito precoce, Rosa observava suas companheiras de trabalho, todas adolescentes, que eram freqüentemente

vítimas de abusos por parte de mestres e contra-mestres. Quando as via chorar de vergonha e de impotência ante o mais forte, Rosa prometia que quando crescesse não permitiria que tal situação continuasse. Tinha somente 12 anos, quando reagiu contra a falta de respeito de um contra-mestre: agrediu-o com um rolo de ferro. E o contra-mestre ensanguentado e humilhado levou-a ao escritório do patrão, mas os pais de Rosa, chamados, defenderam a filha, por isso, foram presos, apesar de sua mãe estar amamentando uma criança de 6 meses. Este fato deu-lhe grande prestígio entre os companheiros de trabalho e com os seus protestos libertou seus pais e voltou a trabalhar na mesma fábrica. Era o ano de 1903.

Pouco tempo depois Rosa ligou-se à luta por uma hora para o almoço, pelo pagamento do pano tecido por metros e não por peso, pela jornada de 8 horas de trabalho. Todas essas lutas foram entremeadas de prisões e demissões. E quando já não a aceitavam nas fábricas, fazia biscates para ganhar seu pão e nas horas vagas ia de porta, em porta, vender os jornais que orientavam e defendiam a classe trabalhadora.

São suas estas palavras: “Cada rua é um jardim, cada porta um canteiro, cada material que eu entrego representa as flores que colho para enfeitar o meu peito cardíaco”.

Gostava muito de fazer versos e canções. Incansável, Rosa nunca parou. Seu espírito de solidariedade a levava às casas, aos armazens e às lojas para angariar gêneros e utilidades para os perseguidos políticos. Participou de todos os movimentos e congressos de mulheres realizados no Rio de Janeiro(45).

## EUGÊNIA ÁLVARO MOREYRA

Uma crônica sobre Eugênia, dez anos após a sua morte: “Havia em Eugênia Álvaro Moreyra, múltiplas mulheres — a artista, a lutadora, a avó e a mãe carinhosa. Sua vida, sua ação se desdobra em milhares de facetas, todas com intenso e peculiar brilho.

Vêmo-la, inicialmente, no jornalismo, estreando numa reportagem sobre o asilo Bom Pastor. Trabalha no vespertino “Última Hora”. Fechado este, passa para a “Rua”, “A Notícia” e “O País”.

Anos mais tarde, já casada com o escritor e poeta Álvaro

Moreyra, funda com este o Teatro de Brinquedo, com o qual se inicia o movimento renovador do teatro brasileiro. Vem, em seguida, o Teatro de Arte. E Eugênia leva o teatro ao povo dos subúrbios e percorre o Brasil em excursão.

Mas uma só atividade não bastava para Eugênia. Sente-se atraída pelos ideais e lutas políticas e em 1935 participa da Aliança nacional Libertadora. Sobrevêm dias difíceis e a nossa amiga vai parar nos cárceres, onde passa longos meses.

Mas isso não lhe quebranta o ânimo e quando surge no Brasil um grande movimento de opinião pública, a campanha da Anistia aos presos e perseguidos políticos, vai com o povo às ruas e exige a liberdade de seus líderes encarcerados. No primeiro comício de anistia, na escadaria do Teatro Municipal (R/J), Eugênia, após recitar uns versos, solta o "slogan" que repercutiu em todo o Brasil: "Liberdade! Liberdade para Prestes!"

Melhores dias surgiram depois da anistia. Eugênia, militante destemida e ardorosa, trabalhou ativamente nas campanhas eleitorais de 1945 e 1946. Naquela ocasião, surgem os jornais "Tribuna Popular" e outros, e é no Movimento de Ajuda à Imprensa Popular que vai concentrar toda a sua atividade. Aquela energia, e aquele entusiasmo que tanto já tinham contribuído para a vitória de outras lutas são empregadas no esforço de ajudar aos jornais do povo.

Tendo vivido intensamente não chegou ao cinquentenário, falecendo a 16.06.1948. Nascera a 06.03.1899.

Com razão Álvaro Moreyra chamava Eugênia de "tece-deira das felicidades".(46)

## MARIA APARECIDA AZEDO

Quando a conhecemos, no Rio de Janeiro, já não se chamava Maria Aparcida Rodrigues, mas Maria Aparecida Azedo, seu nome de casada. Mas não importa o nome, o que importa é que ela continua até hoje pelos mesmos caminhos que a levou à prisão. Os caminhos aos quais retornou quando saiu de lá. Nesta carta, que transcrevemos a seguir, ela mesma conta a sua história, que é a história de um grupo de camponeses e trabalhadores massacrados em Tupã, e que foi escrita após sair da prisão, em 1950:

"Cumprindo um dever de gratidão, dirijo-me a esse jornal (tratava-se do jornal "Imprensa Popular", no Rio de Janeiro), a fim de agradecer a solidariedade que me foi prestada a mim e a Honório, durante o tempo em que estivemos presos. Não me impele apenas o dever de gratidão, também o de denunciar os horrorosos crimes praticados contra os heróicos combatentes da paz, filhos da classe operária — Marma, Godoy e Rossi — mandam que eu escreva esta carta. Presenciei o assassinato desses companheiros e pude avaliar quão sanguinárias e monstruosas são as feras de Ademar. E que se podia esperar desse governo? Outra coisa não se podia esperar. Só sabemos que esses crimes serão um dia julgados pelo povo. E na hora de julgar será fácil apontar os assassinos. Quem os ignora? Quem não sabe os responsáveis pelas mortes de Marma, Godoy, Zélia, Calado, William Dias, Lambary, Angelina, Malvoni e tantos outros?

Jamais esquecerei os crimes de Tupã. As feras de Ademar invadindo a casa de Dário, mataram friamente Marma, que se encontrava de costas para fora de casa e, depois, Godoy que se encontrava no quintal, junto com Honório e Rossi. Escapei com as crianças, filhas de Dário e a sua companheira, de forma que ainda não sei explicar. As balas binham de todos os lados, varando a casa cercada. Depois que Marma e Godoy caíram mortos, os policiais retalharam os seus corpos com sabres, cravando-lhes no peito as baionetas e pisando nos seus rostos. Rossi ferido ficou deitado no local; durante 5 horas, sem receber socorros. Conduzido mais tarde para um hospital, acabou de falecer depois de torturado pessoalmente pelo delegado Imperato. Rossi foi um herói. Queriam arrancar dele uma confissão defendendo a polícia, sob a condição de ser operado. Sua resposta foi a de um autêntico herói. Nos últimos instantes de vida reunindo suas forças deu um pontapé na cara do delegado Imperato.

Depois daqueles acontecimentos, ficamos detidas no local entre mortos e feridos. A polícia foi à cidade buscar armas para colocar nas nossas mãos e dos feridos e até dos mortos. Depois bateram fotografias. A seguir fomos conduzidos juntos com os mortos e feridos para a delegacia de Tupã e de lá nos mandaram para o DOPS. Aí, ficamos eu e o Honório, durante 15 dias, debaixo de interrogatórios absurdos, querendo nos responsabilizar pelos crimes e chegando ao ponto



de botarem um advogado falso, a fim de arrancarem um depoimento que encobrisse a barbaridade da polícia. Nem isso, nem os sofrimentos me assustaram, nem a mim e nem ao Honório, que confiamos na força do povo.

Desde os primeiros dias de prisão, começaram os protestos populares. Só nos últimos tempos que estive no DOPS eram sem conta as cartas e os telegramas enviados ao juiz. Até mesmo do estrangeiro chegavam cartas. No Natal, 300 pessoas foram nos visitar, levando conforto moral e material. Recém visitas da juventude... (ilegível)... espírita. Recebi presentes da Federação de Mulheres de São Paulo, o que muito me confortou. Finalmente fomos absolvidos no dia 20.04, apesar do promotor haver pedido pena de morte para nós. Foram essas cartas e esses apelos de homens e mulheres e crianças paulistas e de todo o Brasil que nos absolveram. Foi o povo que nos arrancou do cárcere e nos restituiu à liberdade. E esta solidariedade se fez sentir tanto na cadeia como depois da liberdade.

Ao regressarmos às nossas casas, eu e o Honório íamos encontrando pelo caminho pessoas que não nos conheciam antes, mas que nos abraçavam como se abraçassem irmãos e velhos amigos.

Ao escrever esta carta, sinto-me disposta e como se nada tivesse acontecido. Apenas sinto que todos os sofrimentos vividos não me afastaram da luta. Na cadeia aprendi a amar com mais amor à causa do proletariado. Fui e serei sempre uma humilde combatente das grandes causas do meu povo. Digo, também, que Ademar está enganado. Este sangue de camponeses e operários derramado em São Paulo é fogo eternamente aceso, é brasa, é revolta que há de explodir, cedo ou tarde, mas que há de explodir para desgraça de todos os tiranos. a) Maria Aparecida Rodrigues" (47) À ocasião dos acontecimentos de Tupã, Maria Aparecida tinha 17 anos. Vive presentemente no Rio de Janeiro e merece esta registro. Continua merecendo.

### ALVINA CORREIA DO REGO

Conhecemos Alvina nas palestras sobre os direitos das trabalhadoras, no Sindicato dos Têxteis do Rio de Janeiro, e

às quais nos referimos anteriormente. Outras vezes nos encontraríamos e guardamos na lembrança o nosso reencontro na festa de sua posse como diretora daquele Sindicato. Poucos dias antes, "Momento Feminino" havia publicado uma matéria sobre sua vida de mãe, de trabalhadora, de ativa militante sindical, e que transcrevemos a seguir: "Quando "Momento Feminino" estiver circulando, a trabalhadora de quem falamos hoje — Alvina Correia do Rego — certamente já estará eleita na chapa "Unidade" para a diretoria do Sindicato dos Têxteis.

Alvina começou a trabalhar aos 15 anos. Na idade em que devia carregar os livros para a escola, carregava a marmita para a fábrica. Em vez de campainha alegre chamando para a primeira aula, escutava o apito imperioso se perdendo entre grossos rolos de fumaça, chamando para as oito horas de trabalho, sem conforto e sem as compensações que esse trabalho devia dar.

E há 30 anos entra diariamente nos portões da Mavilis. É tecelã. Muito fio já passou pelas suas mãos, horas seguidas, anos seguidos... e esse pano andou por aí vestindo o povo, cobrado caro, dando lucros fabulosos aos patrões. Mas a biografia dos patrões seria longa.

Voltemos a falar de Alvina, de sua simpatia de mulher que entende a vida, tem uma concepção justa do mundo e está segura do que deseja.

Criou três filhos, um já está casado. Esquecemos de perguntar se já é avó. Às 8 horas de trabalho, Alvina soma os pesados afazeres domésticos, os afazeres de dona de casa, de mãe de família, lavando roupa, cozinhando, fazendo "tudo" em casa. E a esses afazeres exaustivos que começam de madrugada e se esticam dentro da noite, juntou, quando os filhos eram pequenos, às preocupações de ter onde deixá-los. Deixava com as vizinhas.

Estivemos relembando sua participação na greve de 1951. Ela estava à frente daquelas mulheres corajosas que saíam nos piquetes e que pediam, pelas ruas, a solidariedade financeira do povo.

Na luta pela concessão do abono, Alvina conseguiu cerca de 1.000 assinaturas em memorial entregue à diretoria da fábrica. Isso mostra o prestígio que tem entre as suas companheiras e os seus companheiros de trabalho". (48)

## ZÉLIA MAGALHÃES

No dia 16 de novembro de 1949, em um comício realizado na Esplanada do Castelo (R/J), promovido pela Liga de Defesa das Liberdades Democráticas e dispersado violentamente pela polícia, foi assassinada Zélia Magalhães. Entre os manifestantes dispersados por criminoso tiroteio estavam Zélia Magalhães e Aristeu Magalhães, o esposo de Zélia. Dentro de um bonde, já fora do local do comício, um grupo de policiais arrancou Aristeu e quando iam disparar contra ele Zélia se interpôs. Foi assassinada. Estendida na rua, sem permissão de socorro, durante muito tempo, morreu ao chegar ao hospital. Foi assassinada duas vezes: pelo tiro e pela falta de socorro.

Zélia Magalhães era uma ativa participante da campanha de solidariedade aos presos e perseguidos políticos. Essa participação estava ligada à sua presença no comício. Havia se casado um ano antes com um preso político, que saiu da prisão para o ato do casamento, voltando em seguida. Naquela noite, levaram-no para a mesma prisão. E ela saía da vida, mas não da memória dos que a conheciam, sempre levando solidariedade aos perseguidos por participarem de lutas populares, de greves, dos movimentos em defesa das liberdades públicas, da liberdade de imprensa, como foi o caso de Aristeu, quando foi preso nas oficinas do "Tribuna Popular", no Rio de Janeiro. E Zélia sempre com as mãos cheias de listas, de bônus, de petições, fazendo denúncias, nos escritórios de advogados, levando comissões às Assembléias Legislativas, ao Senado Federal. Fazendo solidariedade.

Participava, também, dos movimentos dos funcionários públicos, nas fileiras da União Nacional dos Servidores Públicos e comparecia, sempre, às assembléias e às manifestações. E o seu enterro foi uma das maiores manifestações de protesto que houve naqueles dias, no Rio de Janeiro.

No livro do Protocolo Geral do Ministério da Fazenda, Tribunal de Contas, o Chefe da Seção onde ela trabalhava, escreveu a seguinte nota, datada de 17.11.1949: "É com o mais profundo sentimento de saudade que comunico aos funcionários em exercício, neste Protocolo, o assassinado ontem, nesta Capital, de nossa querida colega, Zélia Magalhães". Fica o registro para a história das lutas das mulheres brasileiras.

## ANGELINA GONÇALVES

Em 1950, os sinos dobraram por Angelina Gonçalves. Ao som dos sinos, falemos dela através de duas crônicas que passamos a transcrever: "A chacina do R. G. do Sul" — Iria Moraes, da União de Mulheres Rio Grandinas — "As comemorações de 1.º de maio, em nossa cidade tiveram um cunho acentuadamente patriótico de luta pela paz e pelas reivindicações dos trabalhadores. Foi organizada uma comissão unitária com representações de todos os setores importantes dos trabalhadores, a participação das mulheres das fábricas de tecidos e da União de Mulheres Riograndinas.

Esta comissão ampla se encarregou de dirigir os festejos do dia 1.º de maio. Desde logo se acentuou o valor da participação da mulher na direção. O movimento de organização ganhou grande impulso e o entusiasmo se apoderou de toda a massa de trabalhadores. A propaganda chamava todos os trabalhadores a participarem dos festejos. Durante o dia 1.º de maio, as mulheres organizaram tendas, colheram assinaturas contra a bomba atômica, e contagiavam a todos" pelo seu entusiasmo e dinamismo. Quando surgiu a idéia da passeata, imediatamente elas apoiaram. Carregando uma das bandeiras nacionais, que enfeitavam o lugar do churrasco, iniciaram o cortejo, logo atrás veio a música que momentos antes animava as danças. O povo seguiu cantando o Hino Nacional e assim caminhou o cortejo por mais de dois quilômetros até que foi interceptado pela polícia, que foi avistada vindo ao encontro da passeata, a mais de cem metros de distância sem que isto provocasse desânimo mesmo entre as mulheres. Ao contrário, o movimento conservou o mesmo impulso, adquirindo mais unidade e determinação. Quando se manifestou o barbarismo policial, com a intimação para se dissolver, ouviu-se um viva ao Brasil, respondido por toda a massa, pelas mulheres, pela juventude, pelos trabalhadores. Aí então é que se ouviu a ordem criminosa dada pelos bandidos:

— Atirem nesta corja! Atirem nesta corja!

O quadro que se seguiu foi de heroísmo sem par, do povo e das mulheres, numa heróica tentativa de punir os bandidos.

A bandeira nacional foi imediatamente atacada pelo tenente Gonçalino, velho bandido inimigo do povo brasileiro. Arrancando-a das mãos das moças que a conduzia foi obriga-

da a entregá-la a um outro grupo de mulheres que o cercaram e dominaram, arrancando-lhe a bandeira. As balas homicidas foram ceifando vidas preciosas, o ódio impotente deste celedado, vencido pelo valor das mulheres, explodiu, fazendo-o atirar à queima roupa no ouvido da companheira Angelina Gonçalves, operária tecelã, que empunhava a bandeira. Caiu Angelina Gonçalves, fulminada, mas mesmo ao cair não soltou o pavilhão nacional quenão queria entregar às mãos dos criminosos, vendedores da Pátria, pois ele pertence ao povo.

As dobras da bandeira encharcaram-se no seu sangue generoso, sangue de patriota, de lutadora pela paz, e a cobriram no seu glorioso sublime gesto que exprime todo o vigor patriótico da classe operária, da mulher brasileira herdeira das tradições de Anita Garibaldi.

Nunca mais esqueceremos o quadro dramático que presenciámos. Jamais perdoaremos! O bandido Gonçalino ali mesmo recebeu ferimentos, depois que os populares desarmaram alguns policiais tomando-lhes as armas. A luta porém foi muito desigual. O heroísmo do povo foi uma severa lição aos assassinos que tiveram um morto e dois feridos à bala além de outros a pedradas.

"Morro pela liberdade e pela paz". Prosigam na luta, companheiros"! Foram as últimas palavras do trabalhador Euclides Pinto, assassinado por Evaldo Miranda, o delegado que comandou os celerados, quando a luta já havia acabado.

As mulheres estiveram à altura dos acontecimentos. Deram sua contribuição de sangue. Socorreram com dedicação os feridos, disputando-os aos criminosos. Entretanto, revolver e ameaças de prisão desmoralizaram os bandidos, retirando do local os feridos e providenciando hospitalização. Souberam ainda disputar seus mortos. A polícia não queria entregá-los. Conservou-os guardados até a hora do enterro. Já quase noite, entretanto, o povo conseguiu reavê-los e acompanhá-los, conduzindo-os ao cemitério. O enterro foi acompanhado por tropas armadas de metralhadoras que iam assestadas contra o povo. Foi elevado o número de mulheres no enterro, apesar do terror policial e da inclemência do tempo, pois desabou terrível aguaceiro.

No cemitério, as mulheres se organizaram fazendo ali mesmo um movimento de solidariedade às famílias das vítimas, arrecadando elevada importância da enorme multidão

que se comprimia ao redor do túmulo das vítimas, expressando desta maneira a condenação de todos os operários pelos crimes da ditadura Dutra.

Fafou diante do corpo de seu marido, Euclides Pinto, a trabalhadora Sulma Pinto, que pediu vingança acentuando que não somente ela mas os seus nove filhos órfãos saberiam lutar contra os assassinos e atender ao último apelo do seu marido de continuar a luta.

Efetivamente, esta é a determinação das mulheres e do povo riograndino. Luta contra a tirania guerreira, contra os matadores de Zélia e Angelina, luta em defesa dos lares, dos filhos, noivos e maridos que os agentes americanos querem jogar na guerra de extermínio. Luta contra a guerra atômica. Luta pelas reivindicações nas fábricas e empresas, contra a carestia, a opressão e pale independência nacional.

Seremos dignas de nossos mártires!"(49). "Novos Mártires" — Crônica de Ana Montenegro — "De você, Angelina Gonçalves, eu sei apenas 3 coisas: que era gaúcha, tecelã e foi assassinada, quando participava de uma manifestação de trabalhadores, em 1.º de maio último. São bárbaros.

O pono que você tecia, ainda molhado com o suor de seu rosto, era vendido no mercado da exploração. Era seu próprio suor trocado em moedas e notas que o patrão amealhava. Apareciam sempre novas gotas de suor em seu rosto e mais dinheiro no bolso do patrão.

Estou certa que havia pouco pão em seu lar, como nos lares de todas as tecelãs do Brasil. Daquelas tecelãs que fazem uma única refeição, quando chegam cansadas depois de horas estafantes de trabalho em velhos teares importados da Inglaterra, logo depois da grande guerra e que faziam parte do material imprestável daquele país.

Mas as sementes estavam plantadas em seu coração. Você sabia que elas germinariam. Deixava que os braços manejassem mecanicamente o tear, porque os seus olhos viam somente o trigal maduro e a fartura nos lares nos dias do amanhã.

Contaram-lhe uma história heróica e comovente. A história dos oito mártires de Chicago. A história do dia 1.º de maio. Toda uma jornada de lutas pelas reivindicações dos trabalhadores.

Você não sabia que essa ia ser também a sua história e as de Osvaldinho Correia, Euclides Pinto, que deixou nove filhos

pequenos, e Honório Pinto. A história dos operários do Rio Grande.

Outras tecerão o pano naquele mesmo tear, que tem a marca de suas mãos. Terão os mesmos problemas. Sentirão a mesma fome, a mesma dor, a mesma revolta, a mesma consciência de luta. Plantarão também sementes em seus corações. Ouvirão a sua história e a contarão a seus filhos. Amaldiçoarão os exploradores e os assassinos, enquanto nas entranhas da terra, regadas pelas lágrimas de milhares de mulheres, crescerão as raízes de seu corpo, que os Jobins e os seus propositos não conseguirão arrancar. As meamas raízes que Zélia Magalhães plantou em uma praça do Rio de Janeiro. As raízes da Paz.

Você será árvore. Seus companheiros serão outras árvores e os trabalhadores virão contar histórias à sombra dessas árvores. Acabou-se a exploração. Não há fome. As espigas estão maduras. Hoje, é o dia dos operários. Os assassinos foram julgados. Uma moça carregava uma bandeira. Há um murmurar comovido nessa tarde de maio, na cidade do Rio Grande: o nome de Angelina feito música nos lábios das mulheres felizes. Você sorrirá pela boca das flores e dirá a seus companheiros: "Vejam a multidão"! "Nossos corpos foram boas raízes na fecunda terra da luta, no R. G. do Sul"! (50)

### ARCELINA MOCHEL GOTO

Devemos à Arcelina muitos conhecimentos e o seu exemplo foi uma lição de como uma mulher que era membro da direção do PCB sabia conduzir-se nas organizações de massas, sem abandonar os seus princípios e sem querer impor as suas idéias.

Ela considerava — e sempre repetia — que sem a liberação das mulheres, sem a participação das mulheres não seria possível libertar a sociedade. E lutava por isso com as suas palavras inteligentes e brilhantes, com a sua presença cotidiana, sabendo dividir e aproveitar o seu tempo, empregando-o em múltiplas atividades. Para falar sobre Arcelina, damos a palavra a Lydia da Cunha, que, durante muitos anos, esteve com ela na direção da Federação das Mulheres do Brasil: "Em agosto de 1974, perdeu o Brasil um dos maiores nomes de

combatente pelos ideais democráticos e pelo progresso social do país. Trata-se de Arcelina Mochel Goto, figura feminina de primeira grandeza, que se dedicou desde jovem a defender dos direitos sociais, políticos e econômicos da mulher, em todos os momentos de sua vida, especialmente na Câmara de Vereadores do antigo Distrito Federal, cargo para o qual foi eleita em 1947, e onde brilhou como fulgurante oradora.

Nascida em São Luís, no Maranhão, a 27 de outubro de 1915, justificou realmente a impressão generalizada, entre nós, de que os maranhenses se destacam pela inteligência, pela cultura, pela coragem, qualidades que sobravam a Arcelina, para enfrentar o inimigo em qualquer terreno.

Em 1938, bacharelou-se em direito, e, antes, aos 19 anos, fundou em Croatá, cidade do interior do Maranhão, onde foi promotora, uma revista jurídica, o que para a época foi uma grande audácia, pois a mulher apenas começava a exercer certas profissões, principalmente no norte do país. Mais tarde inscreveu-se em um concurso público para promotor, logrando a primeira classificação, mas por motivos políticos viu o seu nome preterido e em sinal de protesto veio para o Rio de Janeiro. E, assim, ganhou o Rio uma combatente admirável perdendo o Maranhão uma de suas mais ilustres filhas.

No Rio de Janeiro, dirigiu a Revista Continental. Destacou-se no Foro e depois na atuação política. Sempre voltada para a defesa das causas da mulher e dos interesses do país, foi uma das fundadoras de "Momento Feminino", em 1947.

Combatente em primeira linha da campanha do petróleo, da luta pela anistia aos presos políticos em 1945, de apoio à Força Expedicionária Brasileira, contra o nazi-fascismo, contra a Lei de Segurança Nacional, pela paz mundial.

Em 1949, foi uma das fundadoras, com a participação de mulheres de todo o país, da FMB, tendo sido eleita sua secretária geral. Em representação da FMB participou de vários congressos na Europa, por ocasião dos quais seus discursos e teses foram sempre muito aplaudidos, por conterem as reivindicações justas e ansiadas pelas mulheres brasileiras.

Apesar de toda essa constante faina política e social, foi exemplar mãe de família. Seus filhos tiveram um carinho muito especial de sua parte, um acompanhamento em suas formações, procurando educá-los com bondade, e cultivar, em cada um, as qualidades morais de que ela e o marido, o

cientista Massao Goto, eram possuidores.

Arcelina nunca demonstrava cansaço em suas atividades e seu exemplo frutificará nas gerações mais jovens que, hoje, percorrem a mesma estrada, em defesa de todos os direitos da mulher e contra quaisquer discriminações. É a maneira de reverenciar a memória e o exemplo de uma grande líder”.

### ANTONIETA CAMPOS DA PAZ (NIETA)

Temos uma grande dificuldade para falar sobre Nieta, porque possivelmente não diríamos tudo o que deve ser dito sobre uma figura que foi — e é — uma das mais representativas do movimento de mulheres, nas últimas décadas. Durante essas décadas cultivamos as mesmas esperanças, plantamos as mesmas sementes, lutamos pelos mesmos objetivos, certas de que a participação das mulheres nas lutas sociais é indispensável para alcançar esses objetivos — o pleno exercício dos direitos sócios-econômicos e político-culturais, não somente para a mulher, mas para todo o povo brasileiro. E conhecendo-a tanto, temos medo de não fazer-lhe justiça, considerando o que ela representou durante todos aqueles anos e o que ainda representa como pessoa humana e como militante das lutas pelas liberdades democráticas, em defesa da paz, do movimento de mulheres, ontem como hoje. Por isso, damos a palavra à poetisa Beatriz Bandeira, que a saudou por ocasião de seu 70º, em 1982: “Nieta, querida amiga e companheira. Nossas companheiras do Movimento Feminino pela anistia e liberdades democráticas pediram-me para fazer uma saudação a você, difícil tarefa essa, para quem como eu, não gosta ou não sabe falar para mais de 3 pessoas. O primeiro impulso foi dizer não. Passar o encargo a outra mais capacitada. Mas como me negar a falar de Nieta essa maravilhosa pessoa que tem sua cadeia cativa em meu coração?

E depois, pensando bem, quem conhece Nieta há mais tempo do que eu? Foi nos idos de 30, lá pelo início de 1936 que eu conheci Nieta, quando ela comparecia, nos dias de visita, à famosa pensão Aluisio Neiva, onde, assim como eu, se encontrava hospedado (por conta do governo de então) o Dr. Campos da Paz (não sei se ainda eram noivos ou já casados de pouco). Sei que seu rosto era claro, emoldurado por

essa aura luminosa, que não lembro se era ouro puro ou prata cintilante — como atualmente — pois é raro, mas às vezes acontecem jovens de cabelos brancos.

Depois, passada a tempestade, cada uma tomou seus rumos. Eu fui para o sul. Nieta, por aqui ficou. Sabíamos sempre uma da outra, porque uma luta comum nos unia, mesmo à distância.

Nieta, para saudá-la, começarei contando um episódio — talvez o mais emocionante de toda a minha vida. Um dia, na companhia de alguns amigos brasileiros, desembarquei em um aeroporto, semelhante a qualquer aeroporto do mundo, entretanto muito diferente dos demais. No alto do edifício em letras enormes, nós pudemos ler: TERRITÓRIO LIBRE DE AMÉRICA.

Você pode imaginar nossa emoção, Nieta? A alegria e ao mesmo tempo o aperto em nossos corações de brasileiros, que vemos o nosso território ser vendido dia-a-dia — por atacado e a varejo — no balcão das transnacionais? Mas continuemos. As emoções não pararam aí. Em um pequeno cartaz, frente ao edifício, o aviso: NESTE PAÍS NÃO HÁ MAIS ANALFABETOS. E os dados estatísticos comprovando que somente os muito pequenos, os muito velhos ou os incapacitados não haviam sido alfabetizados. Prosseguimos. Já dentro do edifício, no saguão de recepção, em um grande quadro, liam-se máximas, pensamentos, recomendações, de grandes líderes: José Martí, Fidel, Cienfuegos... Um pensamento me chamou a atenção. Guadei-o como uma advertência para mim. Vou citá-lo. Talvez não seja exatamente textual. Não importa. Dizia: “Compañero! No me cuente lo que ya hizeste por la causa del pueblo. Cuéntame lo que estás haciendo ahora!” Assinado: Chê Guevara.

Você seguiu a recomendação, companheira Nieta. Você não precisa contar-nos o que já fez, porque nós sabemos que agora, neste momento, em qualquer momento, em qualquer lugar, em que se trave uma batalha em defesa do povo, dos direitos humanos, das liberdades democráticas, aí estará Nieta. Nieta Campos da Paz! Hoje, como ontem, na União Feminina Brasileira, na Aliança Nacional Libertadora, na Federação de Mulheres do Brasil, nas campanhas pelo monopólio estatal do petróleo e mais recentemente nas lutas pela anistia.

Por tudo isso, nós te saudamos, companheira. Por tua bravura! Pela serenidade e equilíbrio com que soubeste conduzir teu barco. Pela grandeza de sua alma, sempre solidária e participante. Por tua contagiante energia e juventude! Salve Nieta Campos da Paz!

Quero terminar minhas palavras com mais uma citação e os votos de tuas companheiras do Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas. Há um pensamento de Bertolt Brecht, que diz assim: há homens que lutam um dia. São bons. Há outros que lutam muitos dias. São bons. Há aqueles que lutam muitos anos. Esses são melhores. Mas há aqueles que lutam uma vida inteira. Esses são imprescindíveis. Você, Nieta, amiga, companheira e irmã, você é imprescindível! Por isso, nós desejamos, nós fazemos o votos mais ardentes, para que essa data se repita, por tantos, tantos anos, que os teus netos, os meus, todos os netos possam ainda — ombro a ombro — encontrá-la nas trincheiras de vida, onde pessoas como você, escrevem as páginas mais bonitas de nossa história". (sic)

#### LYDIA DA CUNHA

Um dia, Lydia deixou de ser dona de casa (casou-se aos 21 anos) e passou a interessar-se sobre o que se passava ao seu redor. Começou a participar da campanha de ajuda à Força Expedicionária Brasileira (FEB). O ano de 1945, na cidade de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, onde vivia lhe deu novas oportunidades de participação: Campanha pela Anistia, Comitê Democrático, luta contra a carestia. Foi uma das Fundadoras da União Feminina de Duque de Caxias (RJ).

Em 1953, tendo se integrado à delegação de um congresso realizado em Copenhague, Dinamarca, ligou-se mais diretamente à Federação das Mulheres do Brasil, organização à qual passou a dedicar todo o seu tempo. E viajou por todo o Brasil, levando o programa da FMB, para discussão e aplicação em todos os núcleos femininos que surgiam.

Em 1958, foi candidata a vereadora pelo PTB, e depois de 1964, foi atingida pelo Ato Institucional n.º I, só voltando ao serviço público estadual em 1979, com a lei da Anistia.

Continuando suas atividades em defesa dos direitos da

mulher, participou, em 1975, de um Seminário realizado no Rio de Janeiro, do qual surgiu o Centro da Mulher Brasileira, onde continua defendendo com o mesmo entusiasmo e dedicação os direitos da mulher, a paz mundial e o progresso social.

Presentemente, é membro do Conselho Brasileiro dos Partidários da Paz.

O que marca a vida de Lydia da Cunha é a sua fidelidade, durante quase 40 anos, àquele programa de atividades que defendeu durante o período que esteve nas fileiras e na direção da Federação de Mulheres do Brasil, entidade que representou em vários congressos e conferências na Dinamarca, na Suíça, na Áustria, no Chile, no Peru, na RDA, na URSS e na Hungria.

#### MAIS ALGUNS NOMES E OUTRAS INFORMAÇÕES

Na história do movimento de mulheres em nosso país, faltam muitos nomes e muitas informações. Alguns fatos são contados sem que os nomes de algumas mulheres, mesmo as mais representativas, apareçam, sem que se lhes dê o lugar ou que merecem. Também muitas informações constam de maneira deformada, o que está exigindo busca, pesquisa, estudos, para conhecimento de fatos que compõem uma realidade que exige a menção desses nomes e desses fatos.

Por exemplo, foi Da. Alice Tibiriçá quem, no congresso realizado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em 1931, defendeu com maior vigor o direito de voto para a mulher. Em 1933, após a vitória do direito de voto para a mulher, em um plebiscito promovido pelo "Diário de São Paulo" seu nome recebeu o maior número de votos entre as mulheres e foi um dos mais sufragados no conjunto, no entanto não quis candidatar-se. Ao longo dos anos, dedicou-se a organizações de assistência médico-sociais, mas após 1945 participou da criação de Uniões Femininas, e foi uma das fundadoras do Instituto Feminino do Serviço Construtivo e a primeira Presidente da Federação de Mulheres do Brasil. Teve atuação destacada nas lutas de Emancipação Nacional. Por suas atividades no movimento de mulheres, foi presa em São Paulo, na sede da Federação de Mulheres de São Paulo, e

antes, em 1946, participou da grande manifestação de mulheres na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Uma manifestação de tal magnitude que aquela data, 21.07, foi considerada o "Dia da Mulher Carioca".

Por que não falar de Da. Nuta Bartlett James, que participou dos movimentos de 1922, 1924, 1930 e 1932, dos movimentos pela redemocratização do país em 1945, das lutas de emancipação nacional, das atividades da FMB, da Liga Feminina do Estado da Guanabara? Durante a repressão, no governo Arthur Bernardes, Da. Nuta distribuía clandestinamente o jornal "5 de Julho", redigido na Casa de Detenção, naqueles anos, pelos presos políticos. A polícia tentou invadir sua casa e ela reagiu à bala, tendo sido presa. Em 1945, como já dissemos, sob todas as faixas que falavam de democracia e liberdade estava Da. Nuta.

Por que não citar Da. Branca Fialho, uma das personalidades marcantes do movimento de mulheres, nos anos anteriores a 1964, como Presidente da FMB? Da. Branca era conhecida internacionalmente e recebeu o título de Oficial da Legião de Honra das mãos do general De Gaulle, tendo recebido, ainda, a medalha "France Libre", pelos serviços prestados à libertação da França. Foi fundadora da Associação Brasileira de Educação, em 1946. Autora de vários trabalhos sobre fisiologia, o laboratório onde trabalhava com seu irmão o cientista Miguel Osório de Almeida, foi visitado por Einstein, Madame Curie, Irene Joliot Cure e outras cientistas, quando da passagem dos mesmos pelo Brasil.

E da, Ruth Santana, cuja vida de dedicação às causas sociais é bastante conhecida? Foi fundadora da Casa de Lázaro, no Rio de Janeiro, para abrigo de crianças, em 1938, e Presidente da Liga Feminina do Estado da Guanabara, no último período de seu funcionamento até 1964.

Outro nome que não pode ser esquecido é o do da Dra. Zélia Pinho de Rezende, que, na União Universitária Feminina, foi uma das mais persistentes lutadoras pela Reforma do Código Civil. E se a Lei 1421, de 27 de agosto de 1962, introduziu algumas reformas, deve-se, além dessa luta pela União Universitária Feminina, também à Federação de Mulheres do Brasil e às organizações que lhe eram filiadas, através de uma batalha permanente por essas modificações. E não por acaso, a Dra. Zélia Pinho de Rezende foi uma das Presi-

dentes da Liga Feminina do Estado da Guanabara, filiada à Federação de Mulheres do Brasil.

Outros nomes foram sendo acrescentados à lista dos nomes que citamos, porque muitas e novas lutas em favor dos direitos da mulher fazem parte das memórias das lutas populares e porque as mulheres não voltaram para casa...

(45) "Imprensa Popular" (suplemento feminino), edição de 28 de abril de 1957. (Rio de Janeiro).

(46) IDEM, Idem, edição de 23.03.1958.

(47) "O Momento", edição de 16.06.1950, transcrevendo matéria publicada no jornal "Imprensa Popular" (Rio de Janeiro), edição de 15.06.1950.

(48) "Momento Feminino", edição nº 117/1956.

(49) IDEM, edição nº 69/1950.

(50) IDEM, Idem.

## À GUISA DE CONCLUSÃO

**"As folhas não serão jamais mortas"**  
Jacques Prévert

Quando falamos de conclusão, estamos nos referindo a alguns dados, fatos e figuras que pertencem a um período determinado, e que acabamos de apresentar neste trabalho, porque outros dados, outros fatos, outras figuras estarão presentes hoje e amanhã, como estiveram ontem.

Este trabalho foi realizado com muitas dificuldades. São as dificuldades enfrentadas por quem faz uma pesquisa — como fizemos — sem o apoio de quaisquer órgãos oficiais ou oficiosos, de quaisquer fundações nacionais ou estrangeiras, portanto sem nenhum financiamento.

Se as dificuldades foram vencidas em parte, já que não temos a pretensão de haver esgotado o assunto, deve-se ao nosso empenho em responder aos que negam ou omitem a participação das mulheres nas lutas populares, ou que colocam essa participação nas veredas da história.

E a nossa intenção e a nossa esperança é que novos caminhos de lutas sejam abertos às mulheres, no contexto da realidade atual, por seus direitos específicos — direitos sócio-econômicos, jurídicos e político-culturais.

Salvador, julho/1984



## ANA MONTENEGRO

### MULHERES – PARTICIPAÇÃO NAS LUTAS POPULARES

Ana Montenegro, poeta, jornalista, escritora, participou ativamente de muitas das lutas que rememora neste livro. E por essa participação foi exilada após 1964, durante 15 anos, quando trabalhou em organizações internacionais com estatutos da ONU e da UNESCO – congressos, conferências, seminários, delegações na Europa, na África, no Oriente Médio e na América Latina. Foi redatora da Revista Mulheres do Mundo Inteiro, órgão da Federação Democrática Internacional de Mulheres. É autora do livro “Ser ou não ser feminista”. A memória histórica das lutas populares – dos trabalhadores, dos negros, das mulheres – está, sempre, presente no que escreve e em suas palestras e conferências. Sua poesia é a expressão de seus sentimentos de solidariedade a essas lutas e àqueles que as simbolizam, como no seguinte poema em homenagem a Carlos Marighella:

#### POEMA DE ANA MONTENEGRO

*Em seu enterro não havia velas:  
Como acendê-las, sem a luz do dia?*

*Em seu enterro não havia flores:  
Onde colhê-las, nesta manhã fria?*

*Em seu enterro não havia povo:  
Como encontrá-lo, nesta rua vazia?*

*Em seu enterro não havia gestos:  
Parada e inerte a minha mão jazia.*

*Em seu enterro não havia vozes:  
Sob censura estavam as salmodias.*

*Mas luz e flor e povo  
e gesto e canto  
responderão “presente”,  
chegada a primavera,  
mesmo que tardia!*

BERLIM, outono 1969